



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

FRANCISCA MILENA DA SILVA FERREIRA

A SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

ITAJAÍ
2025

FRANCISCA MILENA DA SILVA FERREIRA

**A SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador/a: Prof. Dr. George Saliba Manske

**ITAJAÍ
2025**

FRANCISCA MILENA DA SILVA FERREIRA
A SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí,

Linha de Pesquisa:

Itajaí, 19 de março de 2025

Profa. Dra. Verônica Gesser
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. George Saliba Manske
UNIVALI – Orientador

Prof. Dra. Bruna Carolina de Lima S. dos Santos
UNIVALI

Prof. Dra. Shirlei de Souza Corrêa
UNIARP

Dedicatória

Dedico essa dissertação a meu amado filho, Marcelo Heitor, meu parceiro de todas as horas, cujo sorriso e curiosidade incessante são a luz que guia meus dias. Que você cresça em um mundo onde o conhecimento e a justiça prevaleçam, e que seu caminho seja sempre iluminado pelo desejo de aprender e contribuir para um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que sempre me escuta e me ilumina em todos os momentos.

Ao meu filho Marcelo Heitor, fonte da minha força e resistência em continuar lutando e buscando aprender.

Aos meus pais, José Maria e Marlene, que me apoiaram e sempre ajudaram a cuidar do meu filho para que eu pudesse estudar.

À minha irmã Cássia, que também cuidou do meu Heitor. Aos meus irmãos, Maurício e Cássio.

Ao Eduardo, meu companheiro, parceiro, que me incentivou, me deu forças para continuar nas batalhas do aprendizado.

À minha grande amiga e irmã, Fabrícia, que juntas estamos enfrentando lutas na busca de realizar nossos sonhos de aprender.

Ao meu amigo José Victor Mesquita (*in memoriam*), que com sua sabedoria e carinho sempre me ensinou, com seus atos e conselhos, sobre as responsabilidades de ser um bom profissional, me incentivou a estudar ainda mais (e sei que onde ele estiver torcerá por mim).

Ao professor George, meu orientador, que com muito cuidado, conhecimento e atenção norteou meus passos para a construção deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, Fred, Renan e Munik, pela parceria, pelas conversas e indicações de leituras que favorecerem muito na produção desta pesquisa.

Aos diretores e professores das escolas pesquisadas da rede pública de Fortaleza, por acreditarem na importância e seriedade desta pesquisa acadêmica e por se disponibilizarem a contribuir.

A todos que, de forma direta ou indireta, me ajudaram na construção deste estudo.

Não te perturbes: reza e espera. A
agitação não ajuda em nada. Deus é
misericordioso e escutará a tua oração.

São Padre Pio Pietrocina

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma investigação sobre os processos de saúde e doença dos/as trabalhadores/as docentes das escolas públicas de Fortaleza, com ênfase nas condições laborais e seus impactos na saúde destes professores/as. Desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e vinculada ao Grupo de estudos e pesquisas em Estudos Culturais (GEPEC) e à linha de pesquisa Práticas Docentes e Formação Profissional, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender os impactos do trabalho docente nos processos de saúde-doença dos/as professores/as das escolas públicas do município de Fortaleza. A problemática da pesquisa gira em torno do aumento de transtornos físicos e mentais entre os/as professores/as, decorrentes da sobrecarga de trabalho, da falta de infraestrutura adequada e da ausência de redes de apoio eficientes, organizada na seguinte pergunta: quais são os impactos do trabalho docente nos processos de saúde e doença dos/as professores/as nas escolas públicas do município de Fortaleza? A metodologia adotada na pesquisa combinou abordagens quantitativas e qualitativas. Foram aplicados questionários com 58 professores das escolas públicas de Ensino Fundamental Anos Finais do Distrito de Educação 3, da Rede Municipal de Fortaleza. Essa abordagem mista permitiu a análise das condições de trabalho e da saúde dos docentes, identificando os principais fatores de risco para esses profissionais. Os resultados apontam para a necessidade urgente de intervenções institucionais. Muitos docentes relataram problemas de saúde física e mental relacionados à sua prática laboral, mencionando a falta de recursos, carga horária excessiva e pouco suporte da gestão escolar como os principais fatores de desgaste. A pesquisa apresenta resultados que indicam a necessidade de medidas como a criação de uma rede de apoio eficaz e melhorias nas condições de trabalho como fatores essenciais para a promoção da saúde dos professores e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.

Palavras-chave: Escola pública; Saúde do trabalhador docente; Processo saúde-doença.

ABSTRACT

This master's thesis presents an investigation related to the health and illness processes of teachers in public schools of Fortaleza, focusing on the working conditions and their impacts on the health of these teachers. This research was developed for the Postgraduate Program in Education (PPGE) of the University of Vale do Itajaí (UNIVALI), associated with the study and research group Cultural Studies (GEPEC) and aligned with the research line Teaching Practices and Professional Development. The main goal of this study was to understand the impacts of working conditions on the health-illness processes of teachers in municipal public schools of Fortaleza. The research question was prompted by the increase in physical and mental disorders seen among these professionals, due to the overwhelming amount of work, the lack of appropriate infrastructure and the absence of adequate support networks. The research posed the following question: what are the impacts of teaching profession on the health and illness processes of teachers in the municipal public schools of Fortaleza? The methodology used mixed quantitative and qualitative approaches. Questionnaires were applied to fifty-eight teachers working in the final years of junior high school, in district 3 of the Fortaleza municipal education system. This mixed approach enabled the analysis of the teachers' working and health conditions, and led to the identification of the main risk factors for these professionals. The findings pointed to an urgent need for institutional intervention. Many of the teachers reported suffering physical and mental problems related to their working conditions and teaching practice, citing a lack of resources, excessive workload and insufficient support from the school management team as some of the main reasons. The results indicated the need for policies such as creating an efficient support network and improving working conditions, as essential factors for promoting teachers' health, consequently, enhancing teaching quality in public schools.

Keywords: Public School; Teacher's health; health-illness process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Perfil dos Docentes da Rede Municipal de Fortaleza	32
Figura 2 – Fortaleza e suas Regionais	37
Figura 3 – Secretaria Regional 11	38
Figura 4 – Idade dos Docentes pesquisados	45
Figura 5 – Tempo de Atuação dos Docentes na Rede Municipal de Fortaleza	46
Figura 6 – Componente curricular que o Docente leciona	47
Figura 7 – Carga Horária de Trabalho Mensal dos Docentes	48
Figura 8 – Pressão por resultados na atividade docente	49
Figura 9 – Suporte da Gestão Escolar	50
Figura 10 – Recursos para desenvolvimento da atividade docente	50
Figura 11 – Problemas físicos de saúde	51
Figura 12 – Estado de saúde mental	52
Figura 13 – Desafios que impactam na saúde física e mental	53
Figura 14 – Interferência da saúde na atividade docente	54
Figura 15 – Consequências do adoecimento no trabalho docente	55
Figura 16 – Medidas de melhoramento das condições de trabalho	56
Figura 17 – Conhecimento sobre rede de apoio aos docentes	56
Figura 18 – Importância da rede de apoio ao docente	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados da Busca em Bases de Dados Acadêmicos	10
Quadro 2 – Busca Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	11
Quadro 3 – Busca Google Scholar	12

LISTA DE ABREVIATURAS

AO	Aprendizagem Orientada
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará
EO	Estudo Orientado
ETI	Escola de Tempo Integral
ETP	Escola de Tempo Parcial
FC	Formação Cidadã
IMPC	Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Libras	Língua Brasileira de Sinais
Lilacs	Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PC	Pensamento Científico
PV	Projeto de Vida
SPU	Sistema de Protocolo Único
TAP	Termo de Autorização de Pesquisa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização e Problema de Pesquisa	4
1.2	Objetivos	5
1.2.1	Objetivo Geral	5
1.2.2	Objetivos Específicos	5
1.3	Relevância Científica e Prática	6
1.4	Estrutura do Trabalho	7
2	REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DO OBJETO DE ESTUDO	8
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1	Resgate Histórico do Trabalho Docente	20
3.1.2	Processo Saúde-Doença no Trabalho Docente	24
3.1.3	Os impactos da pandemia de COVID-19 no trabalho dos docentes.....	29
3.2	Perfil do Docente da Rede Municipal de Fortaleza	31
3.2.1	Especificidades do Docente do Ensino Fundamental Ano Finais.....	33
4	METODOLOGIA	34
4.1	Natureza e Tipo de Pesquisa	35
4.2	Contexto da Pesquisa	35
4.2.1	Local da pesquisa	36
4.2.2	Sujeitos Da Pesquisa	38
4.2.3	Processo Metodológico	38
4.2.4	Critérios de Inclusão.....	40
4.2.5	Critérios de Exclusão.....	41
4.3	Categorias ou Variáveis de Estudo	41
4.4	Procedimentos de Coleta de Dados	41
4.5	Procedimentos para Análise de Dados	42
5	DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA	44
5.1	Apresentação dos Dados	44
5.2	Análise e Discussão dos Resultados	57
5.2.1	A Academia do Professor Darcy Ribeiro e as Ações para a Melhoria da Saúde Docente na Rede Municipal de Fortaleza.....	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67

REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	73

1 INTRODUÇÃO

A saúde dos docentes, especialmente no contexto das escolas públicas de Fortaleza, configura-se como um tema de extrema relevância no cenário educacional contemporâneo, marcado por condições de trabalho cada vez mais desafiadoras e pela crescente pressão por resultados. A precarização das condições laborais, a insuficiência de infraestrutura adequada e a ausência de uma rede de apoio interdisciplinar são fatores que contribuem significativamente para o adoecimento físico e mental dos professores, impactando não apenas sua qualidade de vida, mas também o processo de ensino e aprendizagem. Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando se considera a fragilidade da articulação entre as áreas da educação e da saúde, apontada no contexto da atenção básica, que, frequentemente, reduz o acolhimento do docente ao viés medicamentoso, negligenciando abordagens interdisciplinares preventivas.

Diante desse cenário, esta pesquisa, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Estudos Culturais (GEPEC) e à linha de pesquisa Práticas Docentes e Formação Profissional, busca compreender os impactos do trabalho docente nos processos de saúde-doença dos professores das escolas públicas de Fortaleza, a partir de uma perspectiva que integra educação e saúde. A motivação para este estudo emerge da experiência profissional na docência e na área da saúde, incluindo anos de atuação como professora de Geografia na Rede Municipal de Fortaleza e como agente comunitária de saúde em programas como o Saúde da Família (PSF) e o Saúde na Escola (PSE). A vivência nesses espaços permitiu observar que, em determinado momento da história brasileira, ambas as áreas estiveram sob a mesma gestão ministerial, o que reforça sua relação intrínseca. No entanto, a desconexão entre essas esferas compromete a construção de um suporte adequado aos educadores, limitando as possibilidades de prevenção e mitigação dos processos de adoecimento.

Ao investigar essas questões, espera-se que o estudo contribua para a formulação de práticas docentes mais saudáveis e para a valorização da formação profissional dos professores, além de reforçar a importância de políticas públicas que promovam uma abordagem integrada entre saúde e educação. Dessa forma, a pesquisa se insere no campo dos Estudos Culturais, ao analisar as relações de

poder e as condições sociais que permeiam o trabalho docente, e na linha de Práticas Docentes e Formação Profissional, ao propor reflexões e intervenções que favoreçam o bem-estar dos professores e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade educacional.

Nesse sentido, a experiência direta no ambiente escolar possibilita uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos docentes, especialmente no que se refere às condições de trabalho e seus impactos na saúde física e mental. Em 2016, ao ser aprovada no concurso público para professora efetiva na rede municipal de ensino de Fortaleza, dediquei-me exclusivamente à educação. Desde então, observei mudanças no contexto escolar, especialmente no que tange ao aumento da pressão sobre o trabalho docente. A cobrança por resultados mais eficazes, a participação em avaliações externas e a busca por um desempenho acadêmico superior frequentemente contrastam com a falta de infraestrutura nas escolas. A carência de condições adequadas, como salas com ventilação, iluminação adequada, acústica apropriada, recursos didáticos suficientes, além de um suporte mais eficaz a respeito da proteção ao corpo docente das escolas (aja vista a crescente insegurança nas unidades de ensino) impacta diretamente o desempenho do trabalho docente. Soma-se a isso a carga horária excessiva, que leva muitos professores a trabalharem os três turnos para complementar sua renda, resultando em uma sobrecarga física, mental e emocional. Essa situação expõe os profissionais a riscos elevados, o que pode acarretar também o agravamento da saúde do trabalhador docente.

As conversas com os colegas sobre as condições de trabalho e a pressão crescente, tanto dentro quanto fora da sala de aula, têm se tornado cada vez mais frequentes. É notável o aumento de professores que enfrentam crises de ansiedade, depressão, problemas vocais, dores musculares, entre outros sintomas que frequentemente os impedem de comparecer ao trabalho, resultando em crises de pânico e exaustão. A sala dos professores, anteriormente um espaço de convivência, tem se transformado em um local de desabafo, e a falta de condições adequadas de trabalho tem gerado um aumento nas faltas, atestados médicos e licenças. Em muitas dessas situações, acredita-se que essas conseqüências poderiam ser minimizadas ou até mesmo evitadas com o acesso a melhores condições de trabalho.

Essa realidade suscitou em mim uma inquietação quanto à necessidade de um maior reconhecimento do trabalho docente e a implementação de um olhar mais atento para as questões relacionadas ao adoecimento dos professores, que têm se tornado cada vez mais recorrentes. Tais questões não apenas afetam a saúde dos profissionais, mas também têm o potencial de comprometer o processo de ensino e aprendizagem, resultando no aumento de faltas e, conseqüentemente, comprometendo os resultados de avaliações externas e o desenvolvimento educacional de maneira geral. O contato diário com as adversidades enfrentadas no ambiente escolar, aliado ao estresse e à intensa carga de trabalho típicos desse contexto, revela a urgência de investigar essas questões de forma científica e detalhada. A preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar dos professores impulsiona a busca por uma compreensão aprofundada das condições de trabalho que podem prejudicar a saúde desses profissionais, com foco específico nas escolas públicas de Fortaleza.

Pesquisas, como a de Santos e Silva (2022), mostram que tantos fatores internos (como conflitos e falta de suporte social) quanto externos (como infraestrutura inadequada e problemas ergonômicos) intensificam o estresse, afetando a saúde mental e física dos educadores. Ademais, tivemos uma pandemia, a de Covid-19, que nos trouxe novos desafios, particularmente para a saúde vocal dos docentes, que se agravou com o uso prolongado de ferramentas tecnológicas e a necessidade de adaptação ao ensino remoto, conforme revelam pesquisas como de Pereira *et al.* (2022). Esse contexto reforça a importância de considerar não apenas os impactos vocais, mas também os aspectos psicológicos e físicos relacionados ao trabalho docente. A falta de valorização profissional também é outro ponto que impacta a autoestima e o compromisso dos docentes, destacando a necessidade de reformas no sistema educacional que melhorem suas condições de trabalho e reconheçam a importância dos professores para a sociedade.

Ao discutir as angústias, as inquietações e o adoecimento relacionado à atividade docente, é defendido que a análise não deve ser reduzida a um âmbito exclusivamente orgânico, mas deve considerar as dimensões política e social do trabalho. Conforme Fiore (2009), ao identificar que o professor sofre de síndromes ou transtornos relacionados ao trabalho docente, a discussão sobre as causas das

aflições é deslocada para um viés remediador. Além disso, as demandas de saúde dos docentes, sejam elas físicas ou psíquicas, geralmente estão vinculadas às dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho, e por isso não podem ser analisadas de modo reducionista.

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

Estudos como o de Silva (2020) evidenciam que o aumento da carga de trabalho, a ausência de oportunidades de progresso na carreira e as condições laborais precárias são determinantes para o comprometimento da saúde de professores/as. A precariedade estrutural das escolas, aliada à falta de segurança e ao suporte inadequado por parte da gestão escolar, agrava crises individuais e configura um desafio sistêmico que compromete a qualidade do ensino e demanda reformas nas políticas educacionais.

A análise das condições de trabalho docente insere-se em um contexto mais amplo, como discutido por Bauman (2001), que argumenta que o capitalismo contemporâneo tem contribuído para a precarização do trabalho, e neste caso, pode-se inferir que disto resulta em aumento de doenças ocupacionais. Nesse sentido, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 reforça a conexão histórica entre educação e saúde no Brasil, evidenciando a necessidade de políticas integradas que garantam a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação.

A relação entre saúde e qualidade de vida dos docentes é um tema de importância crescente, em que a interdisciplinaridade e a integração entre setores são fundamentais para abordar problemas sociais complexos, incluindo a saúde e a educação (Brasil, 2009). O cuidado com o bem-estar dos docentes é essencial para o bom funcionamento da sociedade, dado o papel central dos educadores na formação das novas gerações e na manutenção de um sistema educacional de qualidade.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o bem-estar dos professores ultrapassa a dimensão individual, alcançando repercussões significativas na esfera coletiva e institucional. A manutenção de condições saudáveis para o exercício da docência não apenas beneficia diretamente a saúde

física e mental dos educadores, mas também contribui na criação de um ambiente mais favorável para o aprendizado dos alunos e o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, a qualidade do trabalho docente e o contexto em que ele se realiza constituem fatores centrais na construção de um sistema educacional sustentável e eficaz. Assim, torna-se imperativa a análise cuidadosa das condições de trabalho dos professores e dos fatores que impactam sua saúde, a fim de implementar medidas que assegurem um ambiente laboral saudável e, conseqüentemente, uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a saúde dos trabalhadores docentes nas escolas da rede pública de Fortaleza-CE é, portanto, um tema de alta relevância e complexidade, que demanda uma análise dos impactos do ambiente de trabalho na saúde dos professores, bem como nas suas práticas educativas e na qualidade do ensino. A problemática central da pesquisa reside, então, em responder à questão: quais são os impactos do trabalho docente nos processos de saúde e doença dos/as professores/as nas escolas públicas do município de Fortaleza? Este questionamento orienta a investigação e ressalta a necessidade de intervenções que garantam condições adequadas para o exercício da profissão docente.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender os impactos do trabalho docente nos processos de saúde-doença dos/as professores/as das escolas públicas do município de Fortaleza.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Contextualizar as transformações do mundo do trabalho docente no período de 2019 a 2024.
- ✓ Identificar as condições de trabalho e suas repercussões na saúde de professores de escolas públicas do município de Fortaleza;
- ✓ Identificar os principais desafios da promoção da saúde dos docentes e relacionar com a existência de uma rede de apoio;

- ✓ Contribuir para a literatura acadêmica sobre a interseção entre saúde e educação, especialmente no contexto dos docentes municipais de Fortaleza.

1.3 Relevância Científica e Prática

A relevância científica e prática do estudo sobre a saúde dos professores nas escolas públicas de Fortaleza reside na necessidade de compreender os impactos das condições laborais sobre o bem-estar físico e mental desses profissionais. A literatura evidencia que fatores, como jornadas de trabalho extensas, sobrecarga de responsabilidades e pressão para cumprir metas curriculares, resultam em problemas de saúde que comprometem tanto o desempenho docente quanto a qualidade do ensino. Além disso, as rápidas mudanças no sistema educacional e a falta de recursos materiais agravam o desgaste emocional dos professores, gerando frustração e desmotivação.

Do ponto de vista científico, investigar as condições de trabalho dos docentes é fundamental para identificar as causas frequentes dos problemas de saúde, como demonstrado por Baião e Cunha (2013). A pesquisa oferece uma base empírica para entender como a precariedade estrutural das escolas, somada à falta de apoio institucional, contribui para o adoecimento dos professores. Este entendimento é essencial para propor intervenções que possam mitigar os efeitos negativos dessas condições, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável.

Na prática, os resultados do estudo têm potencial para orientar gestores escolares e formuladores de políticas públicas na criação de estratégias que melhorem as condições de trabalho dos professores. A implementação de políticas que reduzam a carga administrativa e ofereçam suporte adequado pode aumentar a satisfação e a eficácia dos docentes, impactando positivamente o desempenho dos alunos. A análise crítica das políticas educacionais e a proposta de reformas fundamentadas nas evidências coletadas podem transformar a realidade das escolas públicas de Fortaleza.

Em suma, a relevância deste estudo é reforçada pela possibilidade de influenciar futuras investigações que explorem a relação entre saúde docente, desempenho profissional e políticas educacionais. Ao fornecer uma compreensão detalhada dos desafios enfrentados pelos professores, a pesquisa pode contribuir

para o desenvolvimento de práticas e políticas que valorizem e protejam esses profissionais, assegurando um sistema educacional mais eficiente e sustentável.

1.4 Estrutura do Trabalho

O primeiro capítulo introduz o tema central deste estudo, que examina a saúde física e mental dos professores das escolas públicas de Fortaleza, destacando a relevância desta questão no contexto educacional atual. O capítulo aborda as condições de trabalho precárias que impactam negativamente o bem-estar dos educadores, ressaltando como tais condições afetam diretamente a saúde dos docentes. Além disso, justifica a escolha do tema, delineando os objetivos gerais e específicos da pesquisa, com ênfase na investigação dos aspectos psicológicos, motores e vocais da saúde dos professores.

No segundo capítulo, são detalhadas as abordagens metodológicas utilizadas nesta pesquisa, que combinam métodos qualitativos e quantitativos. O processo de coleta de dados é descrito com a aplicação de questionários a professores de diversas disciplinas, e são discutidos os procedimentos de análise dos dados, com o intuito de compreender as condições de trabalho e os impactos dessas condições sobre a saúde física, psicológica, motora e vocal dos docentes.

O terceiro capítulo dedica-se à revisão da literatura, apresentando a fundamentação teórica que embasa este estudo sobre a saúde dos trabalhadores, com foco específico nos docentes. A revisão abrange diversos estudos e artigos acadêmicos que discutem questões como estresse ocupacional, saúde mental, problemas motores e vocais dos professores, fornecendo uma base sólida para a análise dos dados coletados na pesquisa e subsidiando a interpretação dos resultados.

No quarto capítulo, é realizada uma análise detalhada dos dados coletados, com a identificação de padrões e correlações entre as condições de trabalho e a saúde física e mental dos professores. São discutidos os principais fatores que contribuem para o comprometimento da saúde dos docentes, como a sobrecarga de trabalho, a falta de progressão na carreira, as inadequações ergonômicas nas salas de aula e os desafios vocais enfrentados no cotidiano escolar.

O quinto capítulo se dedica à discussão dos resultados da análise, interpretando-os à luz da literatura revisada. Este capítulo aborda as implicações dos achados, comparando-os com estudos similares, e discute as nuances do sofrimento docente. Também se examina como a valorização profissional e o aprimoramento das condições de trabalho podem impactar positivamente a saúde mental, motora e vocal dos professores, além de influenciar diretamente a qualidade da educação.

No sexto capítulo, são apresentados os principais achados do estudo, seguidos de recomendações para políticas e práticas que possam melhorar as condições de trabalho dos professores nas escolas públicas de Fortaleza. Este capítulo também sugere direções para futuras pesquisas, destacando as limitações do estudo atual e a necessidade urgente de intervenções que promovam a saúde física e mental dos educadores.

Por fim, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais, destacando a relevância deste estudo para a educação e para a sociedade. A importância de valorizar o trabalho docente é enfatizada como um fator essencial para a melhoria da qualidade educacional. O capítulo conclui com uma reflexão sobre o impacto potencial das melhorias nas condições de trabalho dos professores, tanto na saúde e no bem-estar dos educadores quanto no desempenho dos alunos, sugerindo que um ambiente de trabalho mais saudável pode resultar em benefícios significativos para a qualidade do ensino.

2 REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DO OBJETO DE ESTUDO

A realização de uma revisão de literatura é essencial para identificar as abordagens mais recentes e relevantes sobre a saúde e o bem-estar dos

professores em sala de aula, sobretudo no contexto da escola pública. No presente capítulo, adotou-se um recorte temporal que abrange os últimos cinco anos (2019-2024), permitindo uma análise atualizada das condições de trabalho e dos fatores socioeconômicos que impactam o processo saúde-doença dos docentes. Esse período é particularmente relevante devido às profundas transformações ocorridas no sistema educacional, bem como às crescentes demandas impostas à profissão, especialmente em decorrência da pandemia de Covid-19.

No que se refere à saúde dos docentes, Nóvoa (2022) argumenta que a crise sanitária indicou o papel central desses profissionais no funcionamento do sistema educacional. A necessidade de adaptações rápidas ao ensino remoto impôs desafios expressivos à saúde mental e física dos professores, que passaram a lidar com um ambiente de trabalho caracterizado por incertezas, sobrecarga e exigências crescentes. Nesse contexto, a autonomia e o preparo dos docentes emergem como fatores essenciais para a implementação de soluções pedagógicas adequadas, uma vez que a capacidade de resposta dos educadores constitui um dos principais ativos do sistema escolar. Diante disso, torna-se imprescindível investir no fortalecimento de redes de apoio que garantam suporte emocional e técnico aos professores, assegurando não apenas sua saúde e bem-estar, mas também a qualidade do ensino.

A fim de aprofundar essa análise, as palavras-chave utilizadas – “escola pública”, “saúde do trabalhador docente” e “processo saúde-doença” – foram selecionadas estrategicamente, permitindo uma articulação entre os conceitos na literatura recente e ressaltando suas implicações para a saúde dos professores. Além disso, realizou-se uma contextualização histórica da escola pública no Brasil, com ênfase no município de Fortaleza, buscando compreender como as especificidades locais influenciam as condições de trabalho docente e, conseqüentemente, sua saúde no contexto educacional contemporâneo.

A busca foi realizada em bases de dados acadêmicos, como Google Scholar, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e BDTD. A pesquisa inicial incluiu cinco produções acadêmicas que se enquadraram no período estipulado para a análise. No Google Scholar, foram localizados quatro estudos, enquanto no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi identificado um trabalho. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), não houve resultados.

Quadro 1 – Resultados da Busca em Bases de Dados Acadêmicos

Local de Busca	Ano	Título	Autores	Palavras-chave
Google Scholar	2020	Consequências do estresse ocupacional na qualidade de vida de professores: uma revisão integrativa	SILVA, Aleques Fernandes <i>et al.</i>	"Esgotamento profissional", "Estresse ocupacional", "Professor" e "Qualidade de vida".
	2023	Ergologia, Saúde e Trabalho: Uma Revisão Integrativa com Ênfase nos Centros de Atenção Psicossocial	SOUZA, Ana Caroline de	"Ergologia", "Saúde mental" e "Centros de atenção psicossocial"
	2021	Promoção da Saúde do Trabalhador da Educação: uma Revisão Integrativa	BAUER, Vinicius Machado; OLIVEIRA, Rayne Helen Lopes de; SILVA, Célia Christina Mello; BELO, Mariana Soares da Silva Peixoto	"Professor", "Promoção da saúde" e "Saúde do trabalhador"
	2020	Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho Docente: uma revisão sistemática	ROSA, Santos Kelly Alves dos	"Riscos psicossociais", "Trabalho docente" e "Professor da educação básica"
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	2021	Trabalho e saúde de professores (as) de escola pública em território de violência armada: sobre cenas da vivência docente	MORAIS, Karla Barros de	"Saúde do Trabalhador", "Saúde Docente", "Trabalho Docente", "Violência Armada" e "Violência Escolar"
BDTD	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora¹ (2024).

Para facilitar a compreensão dos dados obtidos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, as informações foram organizadas no Quadro 2. Os critérios de inclusão e exclusão utilizados na pesquisa foram estabelecidos com

¹ Pelo processador de texto produzido pela Microsoft Office/Microsoft 365.

base em palavras-chave específicas e dentro de um marco temporal (2019 a 2024), com o objetivo de garantir a adequação dos estudos selecionados.

Quadro 2 – Busca Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Nº	Ano	Autor	Título	Palavras-Chave	Resumo
01	2021	MORAIS, Karla Barros de	Trabalho e saúde de professores (as) de escola pública em território de violência armada: sobre cenas da vivência docente	“Saúde do Trabalhador”, “Saúde Docente”, “Trabalho Docente”, “Violência Armada” e “Violência Escolar”	O estudo investiga as condições de trabalho e saúde de professores em Manguinhos, Rio de Janeiro, em um contexto de violência armada. A pesquisa busca entender como os docentes vivenciam suas práticas e saúde, analisando suas experiências e estratégias de resistência. Utilizando entrevistas semiestruturadas e a técnica "bola de neve" para a seleção dos participantes, a análise dos dados revelou desafios à saúde mental e física dos professores, incluindo medo e insegurança. O estudo destaca a importância do diálogo entre escola, comunidade e autoridades de segurança, além de mencionar a inclusão da violência armada e da desigualdade social no currículo escolar para a formulação de políticas públicas de apoio aos trabalhadores.

Fonte: Elaborado pela autora² (2024).

Morais (2021), em seu estudo intitulado “Trabalho e saúde de professores (as) de escola pública em território de violência armada: sobre cenas da vivência docente”, busca compreender as práticas docentes em sala de aula, enfocando aspectos como saúde do trabalhador, saúde docente, trabalho docente, violência armada e violência escolar. O estudo examina as condições de trabalho e saúde dos professores na região de Manguinhos, no Rio de Janeiro, uma área marcada pela violência armada. O objetivo central é entender como os docentes vivenciam

² Pelo processador de texto produzido pela Microsoft Office/Microsoft 365.

suas práticas e saúde nesse contexto violento, enquanto os objetivos específicos incluem a análise de suas experiências e a identificação de estratégias de resistência.

A metodologia adotada na pesquisa de Morais (2021) envolve entrevistas semiestruturadas e a técnica “bola de neve” para seleção dos participantes, com análise dos dados realizada por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados revelam que os professores enfrentam desafios à saúde mental e física, com frequentes relatos de medo e insegurança, além da necessidade de desenvolver estratégias de defesa. A pesquisa enfatiza a importância do diálogo entre escola, comunidade e autoridades de segurança pública como uma solução para os problemas enfrentados no ambiente escolar, além de sugerir a inclusão dos temas da violência armada e da desigualdade social no currículo, com o objetivo de elaborar políticas públicas que beneficiem os trabalhadores das escolas públicas.

No Quadro 3, serão exibidas as informações coletadas por meio da pesquisa no Google Scholar, a qual levou à identificação de quatro estudos que serão apresentados a seguir.

Quadro 3 – Busca Google Scholar

Nº	Ano	Autor	Título	Palavras-Chave	Resumo
01	2020	SILVA, Aleques Fernandes	Consequências do estresse ocupacional na qualidade de vida de professores: uma revisão integrativa	“Esgotamento profissional”, “Estresse ocupacional”, “Professor” e “Qualidade de vida”	O trabalho analisa as consequências do estresse ocupacional na qualidade de vida dos professores, identificando-o como um fator que gera comportamentos de risco e problemas de saúde. A pesquisa, descritiva e documental, revisa a literatura existente utilizando bases de dados como SciELO, LILACS e PubMed. O autor aponta que o ambiente de trabalho desfavorável, a sobrecarga de tarefas e a falta de socialização contribuem para o estresse, resultando em esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização profissional, afetando a saúde física e mental dos docentes. O estudo conclui que é fundamental implementar medidas de saúde para promover um ambiente de trabalho mais saudável e

					melhorar a qualidade de vida dos professores.
02	2023	SOUZA, Ana Caroline de	Ergologia, Saúde e Trabalho: Uma Revisão Integrativa com Ênfase nos Centros de Atenção Psicossocial	"Ergologia", "Saúde mental" e "Centros de atenção psicossocial"	O trabalho analisa a relação entre Ergologia e saúde mental, com foco nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), explorando como a abordagem ergológica pode melhorar as condições de trabalho e a saúde dos profissionais nesses centros. Através de uma revisão integrativa da literatura, a autora examina estudos sobre a atividade humana no contexto laboral, destacando a importância da perspectiva dos trabalhadores. A Ergologia é apresentada como uma ferramenta para entender melhor as dinâmicas de trabalho e promover intervenções que transformem as condições do ambiente laboral. Os resultados mostram que, embora o tema seja relevante, há escassez de estudos sobre a aplicação da Ergologia nos serviços de saúde mental, especialmente nos CAPS. A dissertação conclui que a Ergologia pode ser um recurso valioso para aprimorar a prática profissional e a saúde mental dos trabalhadores, ressaltando a necessidade de mais pesquisas nessa área. A pesquisa foi realizada com rigor metodológico, utilizando critérios de inclusão e exclusão na seleção dos estudos, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre a Ergologia em contextos de saúde mental.
03	2021	BAUER, Vinicius Machado; OLIVEIRA, Rayne Helen Lopes de; SILVA, Célia	Promoção da Saúde do Trabalhador da Educação: uma Revisão Integrativa	"Professor", "Promoção da saúde" e "Saúde do trabalhador"	O trabalho apresenta uma análise qualitativa das ações promotoras de saúde para educadores no Brasil, abrangendo o período de 2006 até julho de 2020, ano da aprovação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). A pesquisa, realizada por meio de uma revisão

		Christina Mello; BELO, Mariana Soares da Silva Peixoto			integrativa, buscou identificar estratégias eficazes para a promoção da saúde no ambiente escolar. Os resultados mostraram uma escassez de publicações focadas na saúde dos professores, em contraste com a maior quantidade de estudos sobre a saúde dos alunos. As principais categorias emergentes foram a "Promoção da saúde vocal na prática docente" e "Promoção da qualidade de vida docente: ações integradas", ressaltando a importância de intervenções que considerem as condições de trabalho e a saúde mental dos educadores. O estudo conclui que, apesar das limitações como sobrecarga de trabalho e falta de tempo, é essencial promover iniciativas intersetoriais que incentivem a saúde dos educadores, melhorando suas condições laborais e qualidade de vida. A pesquisa destaca a necessidade de um enfoque mais abrangente nas políticas de saúde do trabalhador da educação.
04	2020	ROSA, Santos Kelly Alves dos	Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho Docente: uma revisão sistemática	"Riscos psicossociais", "Trabalho docente" e "Professor da educação básica"	Este trabalho analisa os riscos psicossociais que afetam professores da educação básica no Brasil, investigando como essa questão é abordada na literatura científica e sua relação com a saúde emocional dos docentes e a qualidade do ensino-aprendizagem. A pesquisa utilizou uma revisão sistemática, coletando dados de teses, dissertações e artigos publicados nos últimos cinco anos em português, disponíveis em plataformas como a BDTD e a BVS. Os resultados mostram que a literatura tem tratado significativamente dos riscos psicossociais no trabalho docente, envolvendo áreas como Psicologia, Educação e Saúde Coletiva. A análise enfatiza a importância de entender a vivência do trabalho docente pela perspectiva da

					Psicodinâmica do Trabalho, destacando a relação entre prazer e sofrimento. A pesquisa conclui que compreender esses riscos é essencial para desenvolver estratégias de intervenção que melhorem as condições de trabalho e promovam a saúde e o bem-estar dos professores, contribuindo para um ambiente educacional mais saudável e produtivo.
--	--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora³ (2024).

Silva *et al.* (2020), em seu estudo intitulado “Consequências do estresse ocupacional de professores”, analisa as consequências do estresse ocupacional na qualidade de vida dos professores, destacando o impacto das condições desfavoráveis de trabalho. A análise das consequências do estresse ocupacional na qualidade de vida dos professores revela que o estresse é um fator determinante para comportamentos de risco e problemas de saúde. A pesquisa, de natureza descritiva e documental, revisa a literatura existente sobre o tema, utilizando bases de dados como SciELO, LILACS e PubMed.

O estudo de Silva *et al.* (2020) destaca que o ambiente de trabalho dos professores, caracterizado por condições desfavoráveis, sobrecarga de trabalho e falta de socialização, contribui para o estresse ocupacional. Esse cenário resulta em esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização profissional, comprometendo a saúde física e mental dos docentes. A conclusão enfatiza a necessidade de implementar medidas de saúde para criar um ambiente de trabalho mais saudável, visando melhorar a qualidade de vida dos professores.

As dinâmicas interpessoais entre professores, alunos e gestores são igualmente fundamentais para o ambiente escolar. Baia e Machado (2021) destacam que relações positivas dentro da escola promovem um ambiente de trabalho saudável e construtivo, enquanto conflitos frequentes prejudicam o bem-estar dos professores. A promoção de interações saudáveis e a construção de identidades culturais dentro das escolas são essenciais para um ambiente escolar

³ Pelo processador de texto produzido pela Microsoft Office/Microsoft 365.

harmonioso, que contribua para o desenvolvimento local e o bem-estar dos docentes. A literatura reforça a necessidade de cultivar relações interpessoais positivas como forma de mitigar conflitos e melhorar o clima escolar. Athayde (1998) enfatiza que a saúde é um campo de negociação cotidiana, em que a estabilidade entre saúde física e mental é essencial.

Souza (2023), no artigo intitulado “Ergologia, Saúde e Trabalho: Uma Revisão Integrativa com Ênfase nos Centros de Atenção Psicossocial”, explora como a abordagem ergológica pode contribuir para melhorar as condições de trabalho e a saúde dos profissionais de saúde mental. Por meio de uma revisão integrativa da literatura, a autora identifica e examina estudos que discutem a atividade humana no contexto laboral, ressaltando a importância de considerar a perspectiva dos trabalhadores. A Ergologia é apresentada como uma ferramenta que permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de trabalho, promovendo intervenções que visam transformar as condições sociais, humanas e econômicas do ambiente laboral.

Os resultados da pesquisa revelaram que, apesar da importância do tema, a produção acadêmica sobre a aplicação da Ergologia nos serviços de saúde mental é escassa, com poucos estudos dedicados especificamente aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A pesquisa concluiu que a Ergologia pode ser um recurso valioso para aprimorar a prática profissional e a saúde mental dos trabalhadores, destacando a necessidade de mais investigações nessa área para fortalecer a conexão entre trabalho e saúde. Conduzida com rigor metodológico, e empregando critérios de inclusão e exclusão na seleção dos estudos, a pesquisa contribuiu de forma substancial para o avanço do conhecimento acerca da Ergologia e sua aplicação em contextos de saúde mental.

Segundo Naujorks (2002), os transtornos mentais e comportamentais são caracterizados por alterações substanciais no pensamento, humor, emoções e comportamentos, que podem resultar em angústia pessoal e comprometer o funcionamento do indivíduo. No contexto educacional, a profissão docente é particularmente suscetível à prevalência de transtornos mentais. A supracitada autora destaca a relação entre as condições do ambiente de trabalho e a vulnerabilidade ao adoecimento e ao afastamento profissional. Fatores como a elevada demanda psicológica associada às atividades docentes, a falta de controle

sobre o próprio trabalho, a longa duração da carreira, a carga horária excessiva e a acumulação de múltiplos empregos agravam esse cenário. Além disso, elementos relacionados ao ambiente e à organização do trabalho, como ritmos exaustivos, condições inadequadas e relações interpessoais estressantes, também contribuem para o desgaste mental dos professores.

Bauer, Silva e Belo (2021), no estudo “Promoção da Saúde do Trabalhador da Educação: uma Revisão Integrativa”, realizam uma análise qualitativa das iniciativas de promoção da saúde voltadas para educadores no Brasil, abrangendo o período de 2006 a julho de 2020, ano em que foi aprovada a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa, que possibilitou a articulação de dados teóricos e empíricos, com o objetivo de identificar estratégias eficazes para a promoção da saúde no contexto escolar.

A metodologia adotada incluiu a formulação de uma pergunta norteadora, a busca em bases de dados relevantes, e a coleta e análise crítica dos estudos selecionados. Os resultados revelaram uma escassez de publicações focadas na saúde dos professores, apesar de uma quantidade maior de pesquisas relacionadas à saúde dos alunos. As principais categorias emergentes da análise foram “Promoção da saúde vocal na prática docente” e “Promoção da qualidade de vida docente: ações integradas”, destacando a importância de intervenções que considerem as condições de trabalho e a saúde mental dos educadores.

O estudo conclui que, apesar das limitações encontradas, como a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para participação em ações de saúde, é essencial promover iniciativas intersetoriais que incentivem a saúde dos educadores. Essas iniciativas podem contribuir significativamente para a melhoria das condições laborais e da qualidade de vida dessa categoria profissional. A pesquisa enfatiza a necessidade de um enfoque mais abrangente e integrado nas políticas de saúde do trabalhador da educação, visando criar um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável para os educadores.

Além da saúde mental, a saúde vocal dos docentes é uma preocupação considerável. Franco (2003) discute que o desgaste vocal, exacerbado pela necessidade de manter a disciplina em sala de aula, pode levar ao afastamento do trabalho e a uma diminuição na qualidade de vida dos docentes. Da mesma forma,

Dias (2000) destaca que problemas musculoesqueléticos, como dores nas costas e tendinites, são agravados pela necessidade de carregar materiais pesados entre escolas, devido à necessidade de complementar a renda com múltiplos empregos. Esses aspectos da saúde motora e vocal são centrais para a discussão sobre o bem-estar dos professores.

Rosa (2020), em seu estudo intitulado “Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho Docente: uma revisão sistemática”, investiga os riscos psicossociais que afetam professores da educação básica, destacando a importância de estratégias de intervenção para melhorar as condições de trabalho e a promoção da saúde e bem-estar dos professores. A metodologia adotada consiste em uma revisão sistemática, na qual foram coletados dados de teses, dissertações e artigos disponíveis em plataformas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A pesquisa focou em publicações realizadas nos últimos cinco anos, em língua portuguesa, que tratassem dos riscos psicossociais como tema central ou secundário.

Os resultados da revisão evidenciam que a literatura científica tem abordado significativamente os riscos psicossociais no contexto do trabalho docente, envolvendo diversas áreas do conhecimento, como Psicologia, Educação, Saúde Coletiva e Administração. A análise destaca a relevância de compreender a vivência do trabalho docente sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, ressaltando a complexa relação entre prazer e sofrimento na prática docente. A pesquisa conclui que a compreensão dos riscos psicossociais é fundamental para a formulação de estratégias de intervenção que visem à melhoria das condições de trabalho e à promoção da saúde e bem-estar dos professores, contribuindo, assim, para um ambiente educacional mais saudável e produtivo.

Naujorks (2002) aponta fatores que comprometem o trabalho docente, como a indisciplina e a falta de interesse dos alunos, o autoritarismo da gestão escolar, a ausência de diálogo, o individualismo entre colegas e a insatisfação com os baixos salários. A presença de turmas de difícil manejo, a hostilidade dos pais e a falta de apoio de administradores e gestores públicos, juntamente com a limitada participação nas políticas e no planejamento institucional, agravam ainda mais o estado de saúde mental dos docentes. A autora sublinha que essas condições desfavoráveis comprometem o conteúdo das atividades e geram insatisfação,

resultando em sentimentos de fracasso e impotência entre os professores. Assim, é possível compreender como as condições de trabalho impactam diretamente a saúde mental dos educadores, levando ao desenvolvimento de transtornos, como estresse, depressão, apatia e desgaste físico.

Em suma, este capítulo tratou do processo de levantamento das pesquisas, com foco na saúde dos professores no âmbito da escola pública, destacando as fragilidades que esses profissionais enfrentam, tais como o comprometimento da saúde vocal e mental. A partir da análise dos estudos, foram propostas estratégias de promoção da saúde docente, enfatizando a urgência de políticas públicas que integrem a saúde mental e física dos professores no ambiente escolar, com o objetivo de aprimorar as condições de trabalho e a qualidade de vida desses profissionais. Ademais, os estudos selecionados reforçam a relevância de intervenções que visam à promoção da saúde no contexto escolar, tanto em relação à saúde mental quanto ao bem-estar físico dos docentes, indicando que políticas públicas e estratégias intersetoriais são indispensáveis para mitigar esses problemas e promover melhorias na qualidade de vida dos educadores.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo contextualizar as transformações do mundo do trabalho docente nas últimas quatro décadas (1980-2024). Na sequência, apresenta-se o perfil do docente da rede municipal de Fortaleza, focando nas características profissionais e especificidades das diferentes etapas de ensino. Compreender esses aspectos é essencial para avaliar os desafios e as necessidades formativas dos professores, que impactam diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos da rede. Essa descrição contribuirá para o alcance do objetivo específico “Identificar as condições de trabalho e suas repercussões na saúde de professores de escolas públicas do município de Fortaleza”, que será tratado no capítulo posterior com as análises dos dados.

3.1 Resgate Histórico do Trabalho Docente

A categoria do trabalho é intrinsecamente polissêmica, apresentando uma multiplicidade de significados que se transformaram ao longo do tempo. Frigotto (2009) argumenta que a dinâmica das relações sociais conferia a essa categoria significado variados e, em muitos casos, conflitantes, distanciando-a de sua essência original. Essa evolução é influenciada pela hegemonia das classes dominantes e pelas diversas formas que o trabalho assume, mediadas por contextos histórico-sociais e ético-políticos. Assim, o trabalho não se limita à produção de material; ele também reflete as relações de poder e dominação presentes nas sociedades contemporâneas. Essa complexidade exige uma análise crítica das condições laborais e da própria natureza do trabalho, permitindo uma compreensão mais profunda de seu papel na formação da identidade humana.

Saviani (2009) complementa essa discussão ao afirmar que o trabalho é uma atividade essencialmente humana, surgindo da necessidade de o homem produzir sua própria vida. Desde os primórdios da civilização, a interação com a natureza foi fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento humano. O ato de transformar a natureza por meio do trabalho não é apenas um meio de atendimento às necessidades básicas, mas também um elemento constitutivo da identidade humana. Portanto, a essência do ser humano está intrinsecamente ligada ao

trabalho, que deve ser compreendida como um produto da ação humana ao longo da história, e não como uma dádiva divina ou natural. Essa perspectiva ressalta que a essência humana é uma construção social que se desenvolve e se complexifica ao longo do tempo.

A transformação do trabalho docente exemplifica essa dinâmica histórica e complexa. Costa *et al.* (2014) enfatizam a longa trajetória do ofício docente, cujas origens remontam a períodos anteriores ao surgimento das instituições educacionais formais e ao desenvolvimento da escrita. Desde os primórdios da civilização, a transmissão de conhecimento desempenhou um papel fundamental para a sobrevivência e o progresso humano. A função de compartilhar saberes e experiências foi essencial para que os seres humanos desenvolvessem diferentes formas de interação com o mundo, moldando tanto a cultura quanto a sociedade.

Em tempos antigos, o conhecimento era inicialmente fundamentado em mitos, que ofereciam explicações simbólicas para fenômenos naturais e sociais. Com o passar do tempo, a razão começou a prevalecer, conduzindo a uma busca mais crítica e racional por explicações. Nesse contexto, os filósofos emergiram como as primeiras figuras a desempenhar o papel de professores, questionando as verdades estabelecidas e explorando questões existenciais. Eles não se limitavam à transmissão de conhecimento, mas também incentivavam seus discípulos a pensarem de forma crítica e a questionar o que era considerado verdade (Bessa; Caldas, 2023).

Dessa forma, Costa *et al.* (2014) ilustram a transformação da educação ao longo do tempo. Os “professores”, que atuavam como tutores, tinham a incumbência de acompanhar os filhos da elite nas discussões filosóficas realizadas nas ágoras, que eram os espaços públicos de debate e aprendizado. Essa dinâmica revela que, na Antiguidade, a relação entre ensino e aprendizagem não possuía a formalização presente nos dias atuais. O aprendizado ocorria de maneira informal, sem uma estrutura pedagógica claramente definida, e estava fortemente vinculado ao status social, com o acesso ao conhecimento restrito às classes mais privilegiadas.

Na Grécia Antiga, por exemplo, os professores referiam-se originalmente a um escravo responsável por acompanhar e supervisionar o comportamento dos filhos da elite durante o trajeto para as escolas ou locais de aprendizado. Esse

“professor” não era o responsável direto pelo ensino, mas sim uma figura de acompanhamento e orientação básica. Os mestres ou filósofos, como Sócrates e Platão, eram quem detinham o papel de ensinar e transmitir conhecimentos, não os professores.

Como apontam pesquisas de estudos clássicos e educação antiga, o professor, nesse sentido, atuava mais na supervisão que auxiliava na formação comportamental básica, enquanto o aprendizado intelectual e filosófico era função dos mestres. Esse papel mudou ao longo dos séculos, especialmente a partir da Idade Média e, posteriormente, com a profissionalização da pedagogia, que passou a englobar não apenas o acompanhamento, mas também métodos de ensino e formação educacional mais complexa (Marrou, 1971; Jaeger, 1986). Dessa forma, a função do professor evoluiu conforme os contextos históricos e sociais, transformando-se da supervisão de base até o ensino propriamente dito.

Conforme Frota (2019), a evolução do trabalho docente ao longo do tempo evidencia a complexidade intrínseca dessa profissão. Inicialmente, a figura do professor era idealizada como um educador que atuava por vocação, uma concepção que remonta ao período colonial. Nesse contexto, o ensino era visto como uma atividade altruísta, cujo amor pela educação predominava sobre a necessidade de formação profissional. Entretanto, a compreensão moderna do trabalho docente reconhece a necessidade de formação contínua, condições adequadas de trabalho e apoio institucional, refletindo as demandas e os desafios contemporâneos da educação.

Com o passar do tempo, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, houve um movimento em direção à profissionalização do trabalho docente. Essa mudança ressaltou a necessidade de uma formação adequada e do reconhecimento da profissão. Saviani (2016) enfatiza que o professor deve ser visto não apenas como um vocacionado, mas como um profissional qualificado que desempenha um papel crucial na educação.

Saviani (2016) também analisa a relação entre a legislação educacional e os interesses do mercado privado na educação. Ele discute como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, foi influenciada por pressões econômicas, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à estrutura das instituições de ensino superior. Embora a LDB (Brasil,

1996) tenha proporcionado avanços legais, também abriu espaço para a expansão do ensino privado, criando um mercado lucrativo na educação. O autor critica a forma como a legislação foi moldada, destacando que a exigência de um corpo docente qualificado (com mestres e doutores) foi suavizada para atender aos interesses das instituições privadas.

Essa análise evidencia a tensão entre a busca por uma educação de qualidade e a influência do capital na formulação de políticas educacionais, refletindo um cenário em que a educação se torna um campo de lucro em vez de um direito social garantido.

Apesar dos avanços legais e das conquistas de direitos ao longo das últimas décadas, a precarização do trabalho docente se mantém como uma realidade persistente. Muitos professores enfrentam condições adversas, como baixos salários, falta de recursos e suporte, além da pressão por resultados. Essa precarização compromete a qualidade do ensino e contribui para o adoecimento dos docentes, evidenciando a necessidade de uma análise crítica das condições laborais.

Frota (2019) explora o impacto das políticas educacionais sobre o trabalho docente, observando que reformas educacionais frequentemente são implementadas sem considerar as realidades das escolas e dos professores. Esse descompasso entre as expectativas estabelecidas e as condições reais de trabalho nas salas de aula gera frustração e desmotivação entre os educadores. As políticas educacionais elaboradas em ambientes distantes da prática escolar não refletem as condições reais enfrentadas pelos professores, resultando na necessidade de uma abordagem mais integrada e sensível às realidades do cotidiano escolar.

Em suma, A Constituição de 1988 representou um marco inicial para pensar a valorização e profissionalização do trabalho docente no Brasil, trazendo uma série de direitos trabalhistas e educacionais que impactaram diretamente a categoria. Desde então, em cada década — os anos 1990, 2000, 2010 e 2020 — houve importantes transformações, tanto positivas quanto desafiadoras, na regulamentação e nas condições de trabalho dos professores. Esses períodos foram marcados por diferentes políticas públicas, avanços legislativos como a LDB de 1996, e, ao mesmo tempo, desafios como a precarização da profissão,

especialmente no setor público, que compromete as condições de trabalho e afeta a qualidade da educação.

3.1.2 Processo Saúde-Doença no Trabalho Docente

Discutir a saúde no Brasil implica uma reflexão sobre a trajetória histórica dos serviços de saúde no país. A Conferência Nacional de Saúde de 1986 representa um marco nesse contexto, destacando a mobilização de movimentos sanitários, intelectuais, profissionais, sindicalistas e da sociedade civil em geral. Este evento fomentou o debate sobre propostas de organização do sistema de saúde e propôs a formação de conselhos que garantissem a participação social. As conferências emergem como mecanismos para institucionalizar espaços de diálogo entre a sociedade e o Estado, permitindo que ambos avaliem políticas e ações, além de formular diretrizes que atendam às necessidades da população. Dessa forma, as conferências se configuram como instrumentos eficazes para abordar questões complexas de políticas públicas, colaborando para que o governo tome conhecimento das demandas sociais e soluções adequadas.

Para continuarmos a discussão sobre saúde, é importante saber seus conceitos e seus determinantes. A Lei Orgânica da Saúde, estabelecida pela Lei nº 8.080 em 1990, fundamenta-se no artigo 196 da Constituição Federal e reafirma a abordagem ampliada da saúde, conforme delineado no artigo 3. Este artigo destaca que a saúde é influenciada por uma variedade de fatores determinantes e condicionantes, que incluem, entre outros, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais. Dessa forma, os níveis de saúde da população não apenas refletem, mas também servem como um indicativo da organização social e econômica do país, evidenciando a interconexão entre saúde e as condições de vida da sociedade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define os determinantes sociais da saúde como “o conjunto das condições sociais nas quais os indivíduos vivem e trabalham” (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 78). Embora essa definição seja clara, pode não ser suficiente para capturar a complexidade do conceito, sendo necessário recorrer às críticas que surgem em torno dela para compreender sua

verdadeira essência. A dificuldade em apreender plenamente os determinantes sociais da saúde reside na sua natureza multifacetada e na resistência de alguns aspectos a serem claramente delineados, o que demanda uma análise crítica e aprofundada das condições sociais que moldam a saúde das populações.

Na década de 1980, a atuação de novos atores sociais organizados em movimentos populares fortaleceu a sociedade civil e contribuiu para acirrar a crise do regime militar, um período conturbado da história brasileira (Sader, 1991). Esses movimentos sociais influenciaram diversas esferas da vida coletiva, promovendo lutas pela democratização e pelos direitos civis, políticos e sociais. A descentralização política e administrativa foi um dos principais resultados desse ativismo, reforçando as instâncias regionais e locais de decisão. O fortalecimento da sociedade civil durante esse período foi fundamental para a construção de uma nova ordem democrática, culminando na promulgação da Constituição Federal de 1988, que incorporou diversas demandas sociais e políticas.

Uma análise dos movimentos sociais dos anos 1980 revela um contexto em que a mobilização popular foi decisiva para a conquista de direitos fundamentais. Gohn (2011) destaca que esses movimentos evoluíram para a construção da nova Constituição, ampliando o espaço político e social da sociedade civil organizada. Nesse sentido, a década de 1980 não deve ser vista apenas como um período de transição política, mas como uma época em que as lutas sociais moldaram profundamente a estrutura do Estado brasileiro. A interação entre os movimentos sociais e as instituições governamentais propiciou um ambiente fértil para o surgimento de novas diretrizes e formas de atuação política, refletindo uma sociedade em busca de direitos e justiça social. Assim, compreender essa trajetória é essencial para avaliar os desafios contemporâneos enfrentados pelos serviços de saúde e pelas políticas públicas no Brasil.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, constitui um marco relevante na trajetória da saúde no Brasil, sendo a primeira conferência a ocorrer após o período da ditadura militar. Este evento sinalizou uma nova postura do governo federal em relação ao papel das conferências de saúde se configurando como um espaço privilegiado para a apresentação de propostas de transformação no setor. Aproveitando o contexto político favorável, a conferência mobilizou mais

de 4.000 participantes, incluindo mil delegados, com uma representação equitativa entre membros da sociedade civil e instituições públicas.

O Movimento Sanitário foi responsável pela organização das conferências estaduais e do evento nacional, com suas origens principalmente no meio acadêmico da década de 1970. Este movimento contou com o apoio de diversos setores, como estudantes, profissionais da saúde e instituições, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), que se uniram em torno da crítica ao modelo hegemônico de atenção à saúde e na defesa de um sistema alternativo (Oliveira, 2005).

A proposta do Movimento Sanitário visava uma reforma radical no sistema de saúde vigente, caracterizada pela predominância financeira das instituições previdenciárias e pela crescente mercantilização da saúde (Escorel; Nascimento; Edler, 2005). O modelo existente era centralizado e fragmentado, resultando em descontinuidade administrativa e exclusão social (Brasil, 2009). A partir do final da década de 1980, diversas associações civis começaram a atuar em nichos especializados, contribuindo para a pauta de transformações sociais e promovendo temas relevantes na agenda governamental. O movimento pela saúde destacou-se como um precursor das conquistas que culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando que este sistema é fruto das lutas sociais e do patrimônio do povo brasileiro (Ferrarezi, 2007).

Entretanto, as condições de vida e saúde da população não têm sido suficientemente valorizadas nas lutas populares, o que compromete o desenvolvimento da consciência sanitária. A Reforma Sanitária enfrenta desafios devido à ausência da classe trabalhadora nesse processo, o que muitas vezes impede que essa reforma seja reconhecida como uma conquista histórica. Paim (2008) argumenta que o caráter contraditório da saúde dentro da estrutura social capitalista demanda a mobilização de indivíduos sociais que impulsionem essa reforma em direção a uma revolução nas condições de vida. Nesse contexto, modelos participativos emergem como resposta à insuficiência das instituições representativas tradicionais em atender às demandas das parcelas historicamente marginalizadas da sociedade (Santos; Avritzer, 2002). A criação de espaços

participativos torna-se essencial para assegurar que as vozes dessas populações sejam ouvidas e consideradas nas políticas públicas.

Os participantes do movimento da Conferência também implementaram um sistema universal e gratuito de saúde que atende toda a população, com a participação institucionalizada da comunidade como um dos pilares fundamentais. Assim, a 8ª Conferência Nacional de Saúde foi considerada uma pré-constituente em matéria de saúde, cujo relatório final propôs a criação do SUS como principal subsídio para o Capítulo da Saúde da Constituição Federal de 1988.

Esta nova Carta dinamizou o conceito de segurança social, garantindo que todos os brasileiros tenham direito ao atendimento integral, independentemente de sua participação no mercado de trabalho. A responsabilidade pelo sistema foi compartilhada entre os três níveis federativos — municipal, estadual e federal — com os municípios assumindo um papel central. Além disso, o controle social e a participação comunitária foram incorporados ao novo marco legal da saúde, estabelecendo Conferências e Conselhos de Saúde como elementos constitutivos do sistema.

Na década de 1990, diante da fragilidade do Estado em alcançar resultados efetivos por conta própria e adaptando-se ao contexto emergente de participação ativa de novos atores na esfera pública, o governo federal iniciou mudanças em seus arranjos institucionais. Essa transformação levou o Estado a assumir novas funções, passando de provedor exclusivo a coordenador e fiscalizador das ações e serviços que também poderiam ser prestados pela sociedade civil. A incorporação de modelos participativos e a coprodução de políticas públicas não ocorreram sem conflitos; no entanto, representam uma mudança significativa em relação ao padrão anterior da atuação estatal na área social no Brasil (Ferrarezi, 2007).

O contexto do trabalho docente também merece atenção especial nessa discussão, conforme abordado por Munsberg e Silva (2014). O trabalho, em sua essência, é uma forma de interação social que não apenas gera produtos ou serviços, mas também molda a identidade dos indivíduos que o realizam. No caso dos professores, o trabalho vai além da simples transmissão de conhecimento; ele envolve a formação integral dos alunos, a construção de personalidades e a promoção de um ambiente de aprendizado significativo.

Segundo os autores, a natureza do trabalho docente é caracterizada por sua especificidade. Os professores lidam com o que há de mais valioso na sociedade: seres humanos em desenvolvimento. Essa responsabilidade implica que o trabalho docente não é apenas uma função, mas um trabalho que exige dedicação, empatia e um profundo entendimento das dinâmicas sociais e emocionais dos alunos. Assim, o trabalho do professor é um ato de construção, que requer habilidades específicas e um conhecimento profundo sobre o processo de ensino e aprendizagem.

À medida que se avança na discussão, é importante considerar como as condições de trabalho impactam a profissionalização docente. A profissionalização refere-se ao reconhecimento da docência como uma profissão que exige formação específica, habilidades e competências. Para que os professores possam exercer seu trabalho de forma eficaz, é fundamental que tenham acesso a condições adequadas, como salários justos, autonomia profissional e tempo para planejamento e reflexão sobre suas práticas. Essas condições são essenciais para que os docentes se sintam valorizados e motivados em seu trabalho (Munsberg; Silva, 2014).

A formação contínua é outro ponto importante na relação entre trabalho e profissionalização docente. A formação não se limita à educação formal inicial, mas deve ser um processo contínuo que acompanha o professor ao longo de sua carreira. Isso inclui a reflexão sobre a prática, a atualização de conhecimentos e a troca de experiências com colegas. A construção da identidade profissional docente está intimamente ligada a essa formação contínua, pois os professores desenvolvem suas crenças, seus valores e seus saberes através da interação social e da prática reflexiva.

Saviani (2009) analisa a situação atual da educação e da formação de professores no Brasil, destacando o aumento no número de alunos nas instituições de ensino, mas também a persistência de problemas relacionados à baixa qualidade do ensino. Ele explora os modelos de formação docente e os dilemas que emergem nesse cenário, como a fragmentação das iniciativas, a descontinuidade das políticas educacionais e a desconexão entre teoria e prática na formação. O autor enfatiza a necessidade de uma formação didático-pedagógica adequada, especialmente para os professores da Educação Infantil e das séries

iniciais do Ensino Fundamental. Ele alerta que a elevação da formação ao nível superior pode não ser suficiente para resolver os problemas existentes. Além do mais, ressalta a importância de tornar a carreira docente mais atrativa, com melhores salários e condições de trabalho, para atrair jovens qualificados.

Saviani (2009) apresenta reflexões sobre as perspectivas educacionais e propõe estratégias para enfrentar os desafios identificados. Ele sublinha a relevância de contar com professores motivados e bem-preparados para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, a qualidade da educação no país. Embora não mencione especificamente o “adoecimento do docente”, o autor aborda questões relacionadas às condições de trabalho dos professores, como jornadas de trabalho precárias e baixos salários, que podem contribuir para a desmotivação e insatisfação na profissão. Ele ainda enfatiza que a formação de professores não terá sucesso sem medidas correlatas que valorizem a carreira docente, incluindo melhores condições de trabalho e salários dignos. Essas condições, embora não tratadas diretamente no texto como fatores de adoecimento, estão indiretamente relacionadas ao bem-estar e à saúde dos docentes, destacando a necessidade de uma abordagem holística para a melhoria da educação no Brasil.

3.1.4 Os impactos da pandemia de COVID-19 no trabalho dos docentes

A pandemia de COVID-19 provocou impactos profundos no sistema educacional global, desencadeando uma reavaliação das práticas pedagógicas e das condições de trabalho dos docentes. Conforme aponta Nóvoa (2022), a crise sanitária revelou as fragilidades estruturais do modelo escolar e ressaltou a urgência de uma transformação há muito reivindicada. A transição rápida para o ensino remoto impôs desafios sem precedentes aos professores, que tiveram que adaptar rapidamente suas metodologias e estratégias a um contexto marcado por incertezas e novas exigências. A necessidade de reconfigurar o processo de ensino e aprendizagem em um ambiente digital evidenciou a sobrecarga emocional e a pressão por resultados ainda mais intensas.

Com o fechamento das escolas, a migração para o ensino remoto demandou dos professores um domínio imediato de novas tecnologias e o desenvolvimento

de habilidades de comunicação e gestão do ensino a distância. No entanto, nem todos estavam preparados para essa mudança repentina, resultando em um aprendizado acelerado e, muitas vezes, solitário. A ausência de suporte institucional adequado, aliada à falta de infraestrutura tecnológica, contribuiu para elevar os níveis de estresse e exaustão emocional entre os docentes. Schuster *et al.* (2023) destaca que, além da necessidade de adaptação a novas ferramentas educacionais, os professores enfrentaram uma sobrecarga emocional, derivada da insegurança e da instabilidade que permearam o ambiente escolar durante esse período.

Paralelamente aos desafios pedagógicos, a pandemia impactou diretamente a saúde mental dos docentes. Nóvoa (2022) observa que, ao mesmo tempo em que os professores se esforçavam para atender às necessidades educacionais dos alunos, também lidavam com suas próprias angústias e incertezas. A pressão por manter a qualidade do ensino, combinada à ausência de interação presencial com os estudantes e colegas, gerou um aumento nos casos de ansiedade, fadiga e esgotamento emocional. A dependência de plataformas digitais, sem o devido treinamento e infraestrutura, comprometeu a eficácia do processo educativo e intensificou as tensões no setor. Nesse sentido, tornou-se evidente a necessidade de políticas institucionais que garantissem suporte emocional e técnico aos docentes, minimizando os impactos da crise na profissão.

Diante desse cenário, Nóvoa (2022) enfatiza que a preocupação dos professores deve ser um eixo central nas discussões sobre as políticas educacionais pós-pandemia. O reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos docentes e a implementação de medidas que promovam seu bem-estar são fatores essenciais para assegurar a qualidade do ensino e a sustentabilidade da profissão. Somente por meio de um suporte adequado e de uma reestruturação das condições de trabalho será possível consolidar um sistema educacional mais resiliente e preparado para desafios futuros. A reflexão crítica sobre os impactos da pandemia no trabalho docente é, portanto, indispensável para compreender a urgência da transformação do modelo escolar.

Como destacam Nóvoa (2022) e Schuster *et al.* (2023), essa mudança deve estar alinhada tanto à valorização da saúde dos professores quanto ao fortalecimento de suas competências profissionais. O contexto pós-pandemia

representa uma oportunidade para reimaginar a educação, estabelecendo condições que favoreçam o bem-estar e a eficácia dos docentes. Assim, ao garantir suporte emocional e técnico, promover redes de apoio e investir na formação continuada dos professores, será possível consolidar um ensino de qualidade, capaz de responder às demandas contemporâneas e futuras.

3.2 Perfil da Docente da Rede Municipal de Fortaleza

Fortaleza, uma das cidades mais populosas do Brasil, com uma população estimada em aproximadamente 2,7 milhões de habitantes (IBGE, 2020), é destacada por sua extensa rede de ensino, que em 2019 contabilizou cerca de 560.052 matrículas na Educação Básica. Esse número reflete a complexidade da gestão educacional em uma cidade marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e demográficas. As disparidades no acesso a oportunidades educacionais representam um dos maiores desafios para a administração pública, que precisa formular e implementar políticas eficazes para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade do ensino oferecido nas escolas municipais (Silva; Lima; Lira, 2022).

Para Silva, Lima e Lira (2022), diversos fatores influenciam a qualidade da educação, como a estrutura física das escolas e o material didático disponível. No entanto, os professores são, sem dúvida, um dos componentes mais importantes no processo educacional, especialmente no que se refere ao ensino e à aprendizagem dentro do ambiente escolar. Estudos sugerem que tanto as características individuais dos professores quanto o trabalho que desempenham estão intimamente ligados à qualidade do ensino oferecido (Miranda, 2017). Essa relação ressalta a necessidade de uma análise cuidadosa das políticas educacionais que envolvem a atuação docente.

Ao examinar a distribuição dos professores na rede pública municipal de Fortaleza por etapa de ensino, observou-se que, entre os 9330 docentes, a maior parte (34,67%) atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A Educação Infantil representa o segundo maior grupo, com 31,89% dos professores. Em seguida, estão os docentes que lecionam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, correspondendo a 28,21% do total. Por fim, apenas 5,23% dos professores estão

alocados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Silva, Lima e Lira (2022) apresentam uma tabela que ilustra esses dados de forma mais clara, conforme demonstrado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Perfil dos Docentes da Rede Municipal de Fortaleza

Docentes por etapa de ensino		
Etapa	Docentes	
	<i>f</i>	%
Educação Infantil	2975	31,89%
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	3235	34,67%
Ensino Fundamental (Anos Finais)	2632	28,21%
EJA	488	5,23%
Total	9330	100,00%

Fonte: Silva, Lima e Lira (2022).

A análise da distribuição etária do corpo docente da rede pública municipal de Fortaleza, conforme os dados apresentados por Silva, Lima e Lira (2022), aponta que a maioria dos professores (57,42%) se encontra na faixa etária de 41 a 60 anos. A segunda maior concentração corresponde aos docentes com idades entre 26 e 40 anos, seguida por aqueles com mais de 60 anos. Por outro lado, a participação de profissionais com idade entre 18 e 25 anos é significativamente reduzida. Além disso, ao se considerar a distribuição etária por etapa de ensino, verifica-se que os docentes mais jovens se concentram majoritariamente nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

No que se refere à distribuição por sexo, os dados indicam uma expressiva predominância feminina no quadro docente, uma vez que 81,63% dos professores são mulheres, em contraste com 18,37% de docentes do sexo masculino. Esse padrão reflete uma tendência amplamente observada em diferentes redes de ensino no Brasil, sobretudo na educação básica, em que a docência é majoritariamente exercida por mulheres (Silva; Lima; Lira, 2022).

A pesquisa conduzida pelos referidos autores também analisou o vínculo empregatício dos docentes, revelando que 61,59% dos professores da rede pública municipal de Fortaleza possuem vínculo efetivo, obtido por meio de

concurso público. Em contraposição, o segundo maior grupo é composto por docentes contratados temporariamente. Quanto à formação continuada, especificamente no que concerne à pós-graduação, verificou-se que 43,07% dos docentes possuem essa qualificação como nível mais elevado de escolaridade. Dentre esses, a maioria (41,11%) concluiu cursos de especialização, enquanto 1,08% obtiveram o título de mestre e apenas 0,87% atingiram a titulação de doutor. Os percentuais foram calculados com base no total de 9.330 docentes que integram a rede pública municipal de Fortaleza.

3.2.1 Especificidades do Docente do Ensino Fundamental Ano Finais

De acordo com a Secretaria Municipal de Fortaleza (2024), nas Escolas de Tempo Parcial (ETPs), os componentes de Língua Portuguesa e Matemática são organizados em 4 horas/aula. Quando há mais de um professor de Língua Portuguesa na turma, recomenda-se a distribuição de 3 horas/aula para um professor e 1 hora/aula para o outro. O componente de Língua Portuguesa, conforme a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (Ceará, 2019), deve proporcionar diversas formas de letramento, promovendo a participação crítica dos alunos nas práticas sociais relacionadas à oralidade, escrita e outras linguagens. Assim, das 4 horas/aula, 3 são dedicadas aos campos de Práticas de Estudo e Pesquisa, Jornalístico-midiático e Atuação na Vida Pública, enquanto 1 hora/aula é voltada para o campo artístico-literário.

No que tange ao ensino de Matemática, o objetivo é capacitar os alunos a desenvolverem métodos de resolução de problemas, aprimorando habilidades de raciocínio lógico, investigação, abstração e argumentação. O professor responsável por 3 horas/aula abordará as unidades de Números, Álgebra, Grandezas e Medidas, e Probabilidade e Estatística, enquanto o professor com 1 hora/aula focará na unidade de Geometria. Para os demais componentes curriculares, a carga horária é de 2 horas/aula, exceto para Artes e Ensino Religioso, que possuem 1 hora/aula. Os professores de Inglês, História, Geografia e Ciências também participam das atividades pedagógicas do Clube de

Aprendizagem, que visa orientar as ETPs no desenvolvimento de temas contemporâneos relevantes.

Nas Escolas de Tempo Integral (ETIs), não há divisão de carga horária para o mesmo componente curricular dentro de uma turma, o que implica que cada componente deve ser ministrado por um único professor. O professor de Língua Portuguesa, com 6 horas/aula, deve trabalhar os campos de Práticas de Estudo e Pesquisa, Jornalístico-midiático, Atuação na Vida Pública e Artístico-literário, promovendo a integração entre eles. Para a Matemática, as especificidades variam conforme os Ciclos de ensino. No Ciclo 1 (6º e 7º anos), o professor, com 6 horas/aula, abordará as unidades temáticas de Números, Álgebra, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística, e Geometria, além de ministrar 1 hora/aula do componente curricular Práticas Experimentais. No Ciclo 2 (8º e 9º anos), o professor de Matemática, com 7 horas/aula, continuará a trabalhar as mesmas unidades temáticas, garantindo a continuidade e o aprofundamento dos conteúdos.

A Parte Diversificada das ETIs nos anos finais inclui componentes curriculares que complementam a Base Nacional Comum Curricular, organizando disciplinas eletivas e práticas experimentais, além de atividades complementares que enriquecem a formação dos alunos. Entre as atividades complementares, destacam-se a Aprendizagem Orientada, Formação Cidadã, Estudo Orientado, Projeto de Vida, Protagonismo e Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica/Pensamento Científico. Essas atividades visam promover o desenvolvimento integral dos estudantes, incentivando a autonomia, a criatividade e a reflexão crítica, preparando-os para os desafios da vida contemporânea e para a participação ativa na sociedade (Secretaria Municipal de Fortaleza, 2024).

4 METODOLOGIA

4.1 Natureza e Tipo de Pesquisa

Este estudo utiliza uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para analisar a saúde dos professores do ensino fundamental nas escolas públicas de Fortaleza. A pesquisa quantitativa, realizada por meio de questionários estruturados, permitiu a coleta de dados sobre variáveis específicas, como carga de trabalho e condições laborais, facilitando a identificação de padrões generalizáveis e a realização de análises estatísticas rigorosas. Essa abordagem foi primordial para detectar a prevalência de problemas de saúde entre os professores e compreender a extensão desses desafios.

Complementarmente, a pesquisa qualitativa aprofunda a análise ao explorar as experiências pessoais e as percepções dos professores sobre seu ambiente de trabalho. Essa abordagem oferece uma compreensão mais detalhada dos contextos individuais e sociais que afetam a saúde dos docentes, permitindo que os dados quantitativos sejam contextualizados. A combinação dessas metodologias proporciona uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos professores, permitindo uma análise mais completa das intervenções necessárias para melhorar suas condições de trabalho e saúde.

A fundamentação teórica para a escolha dessa abordagem mista foi baseada nos trabalhos de Creswell (2010) e Sampieri (2013), que defendem a complementaridade dos métodos quantitativo e qualitativo para a compreensão de fenômenos sociais complexos, como a saúde ocupacional dos professores. Essa metodologia atendeu aos objetivos de compreender os impactos do trabalho docente nos processos de saúde-doença dos/as professores/as das escolas públicas do município de Fortaleza. Ao integrar os dois métodos, o estudo não apenas quantifica os problemas de saúde, mas também os contextualiza dentro das realidades vivenciadas pelos professores.

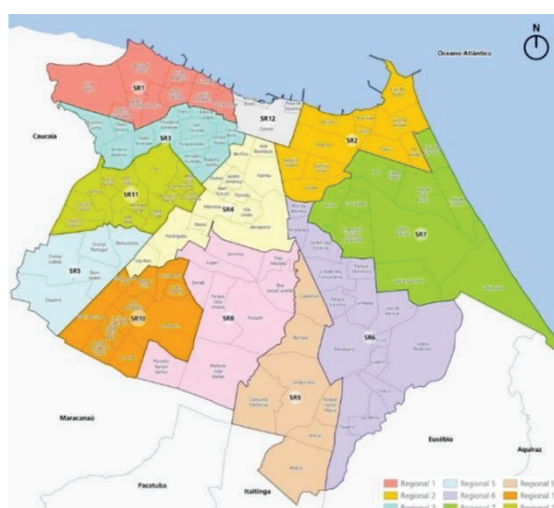
4.2 Contexto da Pesquisa

4.2.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi conduzida em escolas situadas no Distrito de Educação 03 da Regional 11 da Prefeitura de Fortaleza, no estado do Ceará. Esse distrito abrange uma ampla diversidade de instituições educacionais que atendem a diferentes níveis de ensino, incluindo centros de educação infantil, escolas de ensino fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escolha desse distrito como local de pesquisa foi motivada pela experiência da pesquisadora, que atua como docente nesta região desde 2016. Essa vivência proporcionou um conhecimento aprofundado e uma familiaridade com as dinâmicas educacionais e comunitárias do local, o que facilitou a coleta de dados e a interação com os participantes da pesquisa, além de possibilitar uma abordagem mais contextualizada e informada.

Fortaleza, com uma área total de 312.441 km², está administrativamente dividida em 12 Secretarias Executivas Regionais, conforme ilustrado na Figura 2, numeradas de 1 a 12, as quais compõem a Secretaria Municipal de Gestão Regional. Essas regionais abrangem atualmente 121 bairros, e sua estrutura de gestão local é organizada por meio dessas secretarias, que desempenham funções administrativas e executivas.

Figura 2 – Fortaleza e suas Regionais



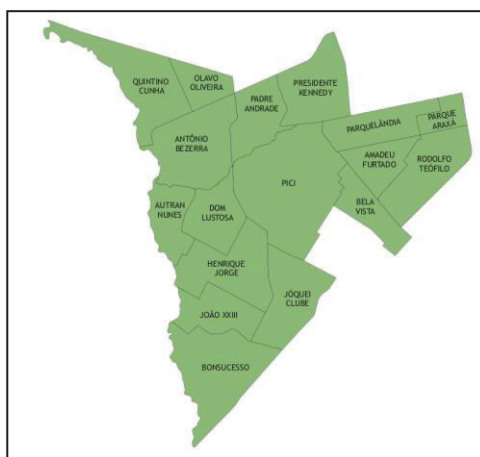
Fonte: Google (2025).

O processo de descentralização administrativa de Fortaleza teve início em 1997, com a criação de seis regionais, as quais funcionam de maneira semelhante a prefeituras. Cada secretaria executiva regional é responsável pela gestão de um conjunto de bairros, e o secretário de cada regional assume a função de um subprefeito, com atribuições que incluem a implementação de atividades nas áreas de saúde, meio ambiente, urbanismo e educação.

Em 2012, foi criada a Regional Centro, com o propósito específico de revitalizar o Bairro Centro, uma área de significativa importância histórica e comercial para Fortaleza. Em 2019, uma reorganização administrativa resultou na ampliação das regionais, passando de sete para doze. No entanto, em relação à educação, a divisão permaneceu com seis distritos de educação, sendo cada um responsável por duas secretarias regionais. O Distrito de Educação 03, que abrange as secretarias regionais 3 e 11, abrange 26 bairros e 54 escolas, distribuídas entre escolas de tempo integral (6), escolas de anos iniciais (26), escolas de anos finais (16) e escolas que atendem tanto os anos iniciais quanto os finais (6).

A opção pelo Distrito de Educação 03 (Regional 11), ver Figura 3, para o desenvolvimento desta pesquisa decorre da experiência da pesquisadora nesse território, que, ao longo de sua atuação desde 2016, adquiriu um conhecimento detalhado das escolas e das particularidades logísticas dessa área educacional, o que possibilitou uma análise mais precisa e contextualizada dos dados coletados.

Figura 3 – Secretaria Regional 11



Fonte: Google (2025).

4.2.2 Sujeitos da Pesquisa

Os participantes da pesquisa foram professores do Ensino Fundamental Anos Finais, atuantes nas escolas do Distrito de Educação 03 da Prefeitura de Fortaleza, responsáveis pelo ensino dos alunos do 6º ao 9º ano. A escolha desses professores para a amostra foi fundamentada na minha experiência específica com essa faixa etária, garantindo uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas voltadas para esse público. A diversidade e a representatividade dos docentes selecionados oferecem uma visão ampla e detalhada das abordagens educacionais adotadas nas instituições envolvidas.

4.2.3 Processo Metodológico

Este segmento descreve o processo metodológico empregado na pesquisa de mestrado, o qual incluiu a obtenção das devidas autorizações formais para a realização da investigação nas escolas do Distrito de Educação 03 da Prefeitura de Fortaleza. A metodologia foi organizada em diversas etapas, as quais são detalhadas a seguir.

a) Processo no Portal SPU

O Sistema de Protocolo Único (SPU) da Prefeitura de Fortaleza é uma plataforma digital utilizada para gerenciar processos administrativos, incluindo a solicitação de autorizações para a realização de pesquisas acadêmicas. Esse sistema centraliza a tramitação de documentos e possibilita o acompanhamento em tempo real do status dos processos.

A primeira etapa da metodologia envolveu o ingresso formal do processo no portal SPU, com o envio do projeto de pesquisa e dos documentos exigidos, como cópia de identificação pessoal e comprovante de matrícula no programa de mestrado. Após a submissão, o processo foi encaminhado para avaliação pela Secretaria de Educação do Município de Fortaleza, que verificou o atendimento aos requisitos formais e legais, além de analisar a viabilidade logística e operacional da

pesquisa nas escolas, assim como a conformidade ética para a obtenção do Termo de Autorização de Pesquisa (TAP).

b) Recebimento do TAP

Após a tramitação e aprovação pelos setores competentes, o Termo de Autorização de Pesquisa (TAP) foi emitido pela Secretaria de Educação. Este documento oficializou a permissão para a realização da pesquisa nas escolas do Distrito de Educação 03. A partir deste ponto, o distrito disponibilizou o e-mail dos diretores destas escolas. Com o Termo de Autorização de Pesquisa (TAP) da Prefeitura Municipal de Fortaleza em mãos, o próximo passo foi obter a autorização do Comitê de Ética da Univali (CEP Univali). Com a aprovação positiva, a pesquisa prosseguiu, conforme os passos planejados.

c) Envio do Convite de Participação

O Distrito de Educação 03, situado na Regional 11, município de Fortaleza-CE é composto por 54 escolas, distribuídas entre centros de educação infantil, ensino fundamental I e ensino fundamental II. Dessas 54 escolas, 24 foram selecionadas para participar da pesquisa. A seleção considerou como critério a modalidade de ensino fundamental II. Os convites de participação na pesquisa foram enviados por e-mail para os(as) diretores(as) das 24 escolas selecionadas, convidando os 912 professores lotados nessas escolas para participarem da pesquisa. Este e-mail incluiu os seguintes elementos:

1. Assunto do E-mail: “Convite para Participação em Pesquisa Acadêmica”
2. Saudação: Uma saudação formal dirigida ao diretor ou responsável pela escola, mencionando o nome da instituição.
3. Apresentação da Pesquisa: nome do projeto de pesquisa, nome do pesquisador e informações de contato, nome da universidade ou instituição de pesquisa.
4. Objetivos da Pesquisa: descrição clara dos objetivos gerais e específicos da pesquisa e justificativa da importância da pesquisa para a comunidade escolar e acadêmica.

5. A metodologia de coleta de dados foi realizada por meio de um formulário Google. O link para o formulário esteve disponível ao final do e-mail enviado aos diretores. Os diretores repassaram os e-mails aos professores. Caso desejassem participar da pesquisa, os professores poderiam acessar o link que os levava diretamente ao formulário on-line em <https://forms.gle/okBaEBK4k4HoASGM8> Neste link, também estava disponível o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A).
6. Contato para Esclarecimentos: informações de contato do pesquisador para eventuais dúvidas ou esclarecimentos adicionais. Disponibilidade para reuniões ou visitas presenciais para discutir detalhes da pesquisa, se solicitado.
7. Agradecimentos: agradecimento pela atenção e pela consideração em participar da pesquisa. Encorajamento para apoiar o desenvolvimento acadêmico e científico através da colaboração com a pesquisa.

Após o envio dos e-mails, obteve-se um retorno de 58 docentes, que participaram efetivamente da pesquisa. A amostragem adotada neste estudo foi baseada na disponibilidade e disposição dos professores para responder à pesquisa. Embora essa abordagem não tenha sido aleatória, ela possibilitou a coleta de dados de um número adequado de docentes, dentro do contexto estabelecido, o que garantiu que os resultados refletissem as percepções de um grupo representativo de professores do Distrito de Educação 03 de Fortaleza.

4.2.4 Critérios de Inclusão

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram os seguintes: ser docente efetivo da rede municipal de Fortaleza, ministrar aulas no ensino fundamental anos finais, abrangendo diversas disciplinas (Matemática, Português, Ciências, História, Geografia, entre outras). Além disso, era necessário ter disponibilidade para participar da pesquisa, concordar voluntariamente em fazer parte do estudo, estar ciente dos riscos envolvidos, possuir habilidade para compreender e responder ao questionário on-line, e estar disposto a compartilhar informações sobre sua saúde física e mental, condições de trabalho e fatores de risco. Estes critérios foram fundamentais para garantir que os participantes selecionados fossem adequados para contribuir com os objetivos da pesquisa.

4.2.5 Critérios de Exclusão

Os critérios de exclusão para participação na pesquisa compreenderam: não ser docente efetivo da rede municipal de Fortaleza, não atuar no ensino fundamental anos finais, não concordar voluntariamente em participar do estudo, não estar disposto a compartilhar informações sobre sua saúde física e mental, condições de trabalho e fatores de risco, e não possuir disponibilidade para participar da pesquisa.

4.3 Categorias ou Variáveis de Estudo

As variáveis de estudo foram definidas de acordo com os objetivos da pesquisa, abrangendo aspectos como carga de trabalho, condições laborais, progressão na carreira, saúde mental, saúde vocal, saúde física e bem-estar geral. Estas categorias foram selecionadas por serem indicadores relevantes do estado de saúde dos professores e por poderem ser facilmente quantificadas e analisadas pelos métodos escolhidos. A delimitação dessas variáveis possibilita uma investigação centrada nos fatores que potencialmente influenciam o desgaste físico e emocional dos docentes.

4.4 Procedimentos de Coleta de Dados

O e-mail teve como assunto “Convite para Participação em Pesquisa Acadêmica”, indicando claramente o objetivo da mensagem. A saudação inicial foi formal, dirigida ao diretor ou responsável pela escola, mencionando o nome da instituição para personalizar o convite. Em seguida, foi feita a apresentação da pesquisa, em que foram introduzidos o nome do projeto, o nome do pesquisador responsável, suas informações de contato e a universidade ou instituição de pesquisa à qual estava vinculado. Essa apresentação foi fundamental para estabelecer a credibilidade do estudo e contextualizar sua importância.

O e-mail também descreveu os objetivos da pesquisa de maneira clara, abordando tanto os objetivos gerais quanto os específicos. Foi fornecida uma

justificativa detalhada sobre a relevância da pesquisa para a comunidade escolar e acadêmica, sublinhando o impacto potencial dos resultados. Em relação à metodologia de coleta de dados, o e-mail explicou que esta seria realizada por meio de um formulário Google, cujo link foi disponibilizado ao final da mensagem. O link levou diretamente ao formulário on-line, e também estava disponível o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que os professores deveriam ler e aceitar antes de participar da pesquisa.

Além disso, o e-mail incluiu as informações de contato do pesquisador para que qualquer dúvida pudesse ser esclarecida. Foi destacada a disponibilidade do pesquisador para agendar reuniões ou realizar visitas presenciais, se necessário, para discutir detalhes da pesquisa. Por fim, o e-mail concluiu com uma seção de agradecimentos, expressando gratidão pela atenção dispensada e pelo apoio à pesquisa. Foi feito um encorajamento à colaboração, ressaltando a importância da participação dos professores para o sucesso do estudo e o desenvolvimento acadêmico e científico.

4.5 Procedimentos para Análise de Dados

A análise e interpretação dos dados deste estudo seguiram uma abordagem estruturada para garantir a precisão e relevância dos resultados. Inicialmente, os dados coletados por meio de questionários on-line preenchidos pelos professores de ensino fundamental II das escolas do Distrito de Educação 03 da Prefeitura de Fortaleza foram organizados e limpos para remover entradas duplicadas, incompletas ou inconsistentes. Em seguida, os dados qualitativos foram codificados, identificando temas e padrões recorrentes nas respostas, enquanto os dados quantitativos foram analisados utilizando estatísticas descritivas para resumir as características principais.

A análise qualitativa dos dados envolveu a técnica de análise de conteúdo conforme Bardin (2016), permitindo uma compreensão profunda das percepções e experiências dos docentes em relação às condições de trabalho e saúde. Simultaneamente, a análise quantitativa utilizou ferramentas estatísticas para descrever os dados. A interpretação dos resultados buscou relacionar as condições

de trabalho dos professores com os impactos na saúde, identificando fatores de risco ocupacionais específicos.

A apresentação dos resultados incluiu tabelas, gráficos e descrições textuais, destacando as principais conclusões e suas implicações para a prática educacional e a formulação de políticas públicas. Este método visou alcançar uma compreensão extensa e precisa dos impactos do trabalho docente na saúde dos professores, ajudando a reconhecer os fatores de risco e a propor intervenções que melhorem a qualidade de vida dos educadores.

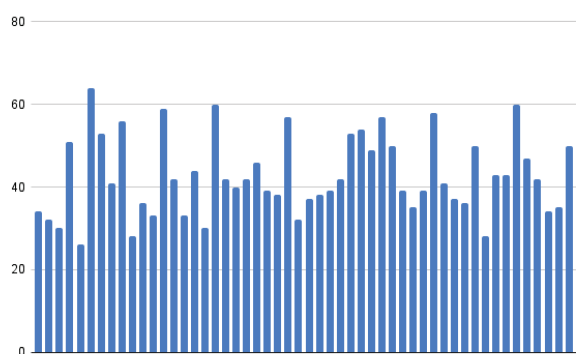
5 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA

5.1 Apresentação dos dados

A apresentação dos dados desta pesquisa tem como propósito analisar os impactos do trabalho docente nos processos de saúde e adoecimento dos professores que atuam nas escolas públicas do município de Fortaleza. Para tanto, a investigação abrangeu distintos fatores, incluindo a identificação das condições laborais e suas repercussões na saúde desses profissionais, a identificação dos principais desafios para a promoção da saúde docente em relação à existência de redes de apoio, bem como a contribuição para o avanço da produção acadêmica no campo da interseção entre saúde e educação, com ênfase no contexto dos docentes da rede pública municipal de Fortaleza.

Nesse sentido, os dados coletados, apresentados na Figura 4, revelam uma distribuição etária diversificada entre os 58 participantes, com idades variando de 26 a 59 anos. A maior concentração de respondentes situa-se na faixa etária de 39 anos, que corresponde a 8,6% do total, seguida por 42 anos, com 6,9%. Outras idades que se destacam, ainda que em menor proporção, incluem 50 e 46 anos, com 5,2% cada. As demais faixas etárias, como 32, 34, 36, 52, 56 e 59 anos, tiveram participação menos expressiva, variando entre 1,7% e 3,4%. Esses dados apontam uma representatividade equilibrada entre diferentes idades, ainda que com uma leve predominância de participantes na faixa dos 40 anos.

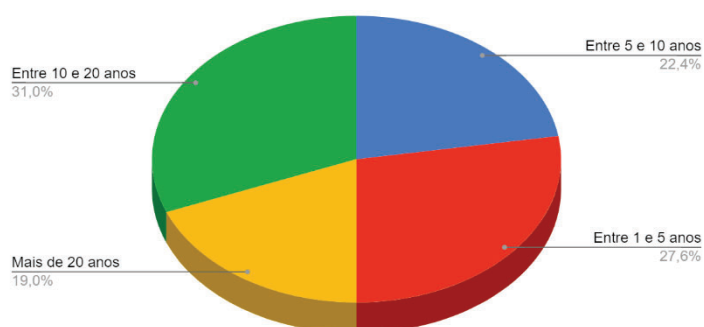
Figura 4 – Idade dos Docentes pesquisados



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A Figura 5 a seguir apresenta os dados relacionados ao tempo de atuação dos docentes efetivos da Rede Municipal de Fortaleza. Esses dados indicam uma distribuição relativamente equilibrada entre os estágios de carreira dos profissionais, com 31% dos respondentes tendo entre 10 e 20 anos de experiência, evidenciando uma prevalência de profissionais com ampla vivência na docência. Em seguida, 27,6% dos professores têm entre 1 e 5 anos de atuação, o que sugere a presença de novos profissionais na rede. Aqueles com tempo de serviço entre 5 e 10 anos constituem 22,4% da amostra, enquanto os que possuem mais de 20 anos de atuação representam 19%. Esses resultados indicam que a rede municipal conta tanto com docentes em fase inicial quanto com aqueles de trajetória mais consolidada, refletindo uma diversidade de experiências profissionais.

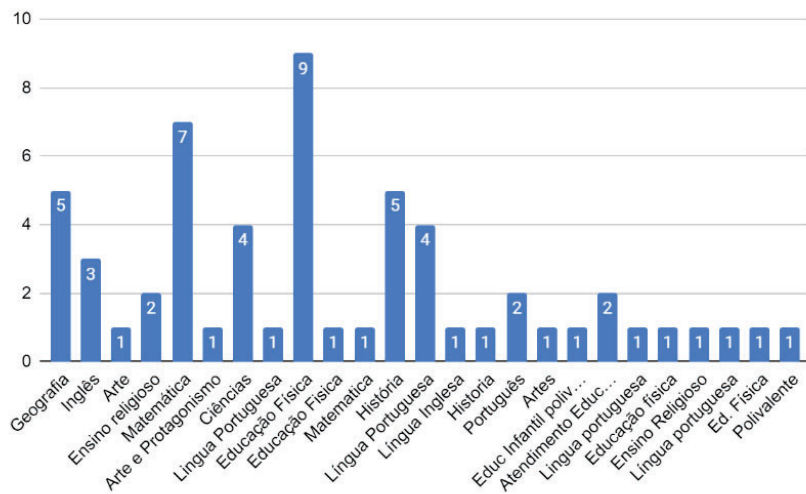
Figura 5 – Tempo de atuação dos docentes na Rede Municipal de Fortaleza



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

As informações associadas aos componentes curriculares lecionados pelos docentes (ver Figura 6) evidenciam que Educação Física é o componente mais representado, com 15,5% dos respondentes, seguida por Matemática, que abrange 12,1% dos participantes. Geografia e História, ambas com 8,6%, também mostram uma representatividade expressiva entre o corpo docente. Além disso, 6,9% dos professores lecionam Ciências ou Língua Portuguesa, enquanto 5,2% são responsáveis por Língua Inglesa. Ensino Religioso apresenta uma menor representatividade, com 3,4%, e Artes e Artes Visuais ocupam a menor proporção, com 1,7%. Esses dados revelam a pluralidade das áreas de atuação entre os docentes.

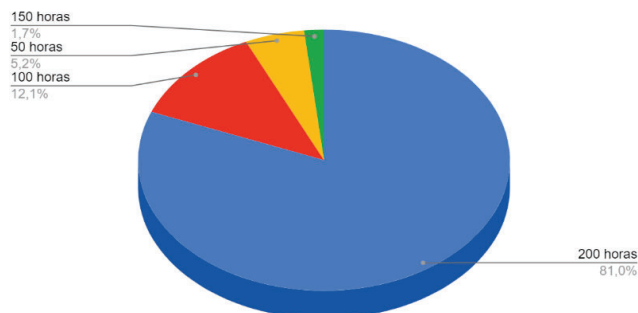
Figura 6 – Componente curricular que o Docente leciona



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Em relação à carga horária de trabalho mensal dos docentes, conforme ilustrado na Figura 7, observa-se que 81% dos profissionais desempenham uma jornada de 200 horas mensais. Além disso, 12,1% dos respondentes relataram uma carga de 150 horas mensais, enquanto 3,4% trabalham 100 horas e outros 3,4% possuem uma carga de 50 horas. Esses dados sugerem que, embora a maioria dos professores tenha uma carga horária que contemplem dois turnos, há uma parcela menor que exerce jornadas mais reduzidas, o que pode estar vinculado a distintos tipos de contratos, funções ou níveis de atuação na rede de ensino.

Figura 7 – Carga Horária de Trabalho Mensal dos Docentes

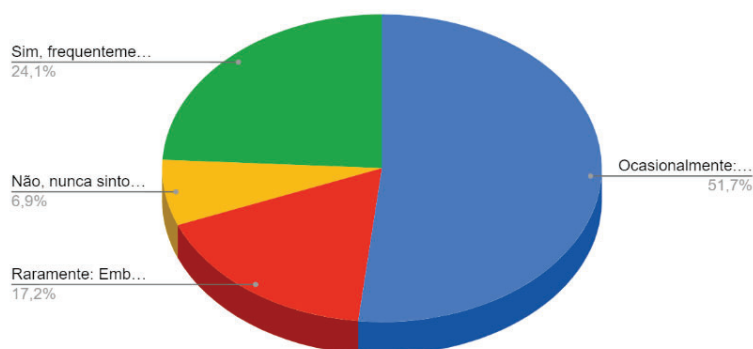


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No que tange à percepção dos docentes em relação à pressão por resultados em sua atividade profissional (ver Figura 8), os dados revelaram que mais da metade dos professores, correspondendo a 51,7% dos respondentes, sente essa pressão de maneira ocasional. Esses professores relatam que essa sensação se intensifica especialmente durante períodos de avaliação ou quando há expectativas externas mais elevadas, o que pode estar relacionado a momentos específicos do calendário escolar, como a aplicação de provas de desempenho estudantil ou o cumprimento de metas institucionais. Além disso, 24,1% dos docentes afirmaram vivenciar essa pressão de forma constante, o que sugere, para quase um quarto dos professores, que a demanda por resultados afeta diretamente sua prática pedagógica. Tal cenário pode estar associado a sistemas de avaliação que priorizam o desempenho dos alunos como principal critério de sucesso, aumentando a carga de responsabilidade sobre os docentes.

Por outro lado, 17,2% dos professores indicaram sentir pressão por resultados raramente, sugerindo que, embora essa expectativa exista, ela não interfere de maneira significativa em suas práticas profissionais. Uma minoria, representando 6,9% dos respondentes, afirmou nunca sentir essa pressão, o que sugere que esses docentes desempenham suas atividades com maior autonomia ou enfrentam menos cobranças externas. Esses dados revelam que a pressão por desempenho é uma realidade para a maioria dos profissionais, ainda que a intensidade com que é percebida varie.

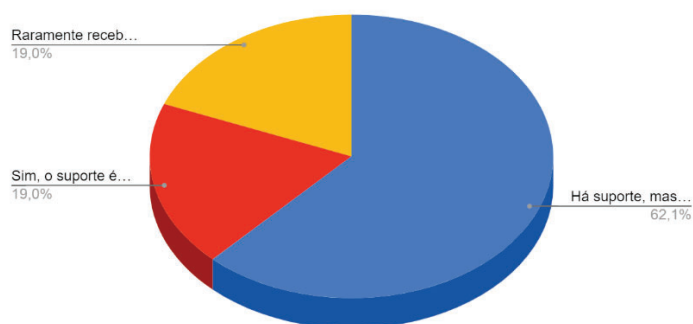
Figura 8 – Pressão por resultados na atividade docente



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os dados referentes ao suporte oferecido pela gestão escolar aos docentes, de acordo com a Figura 9, indicam que a maioria dos professores, 62,1% dos respondentes, considera que há suporte, mas com necessidade de melhorias. Essa percepção aponta para a existência de uma assistência parcial por parte da gestão, que, apesar de ser percebida, ainda aponta lacunas em pontos essenciais para o exercício da atividade docente, como recursos pedagógicos, formação continuada ou apoio emocional. Em contrapartida, 19% dos professores afirmam receber um suporte excelente, o que demonstra que, em algumas instituições, a gestão escolar consegue fornecer apoio, tanto em termos de recursos quanto de orientação pedagógica. Entretanto, outros 19% indicam que raramente recebem o suporte necessário, mostrando a desigualdade nas condições de trabalho oferecidas aos docentes. A coexistência de diferentes percepções de suporte sugere que, enquanto alguns professores são bem atendidos em suas necessidades, uma parcela considerável ainda lida com uma falta de assistência apropriada.

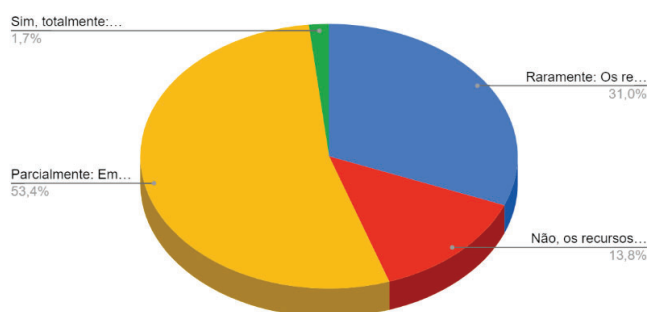
Figura 9 – Suporte da Gestão Escolar



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Outro aspecto importante pesquisado foi a percepção dos docentes em relação à disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de suas atividades, que revelou uma realidade de carência considerável. A maioria dos professores, representando 53,4% dos respondentes, afirmou que possui apenas parte dos recursos necessários, o que limita a qualidade de suas práticas pedagógicas. Ademais, 31% dos docentes relataram que raramente dispõem de recursos suficientes, apontando para um quadro ainda mais crítico, em que a escassez de materiais ou tecnologias compromete frequentemente o trabalho pedagógico. Além disso, 13,8% afirmaram não ter acesso aos recursos necessários, o que revela uma falta grave e contínua de infraestrutura. Somente 1,7% dos professores declararam ter à disposição todos os recursos necessários para desempenhar suas funções de maneira adequada. Esses dados são apresentados na Figura 10.

Figura 10 – Recursos para desenvolvimento da atividade docente

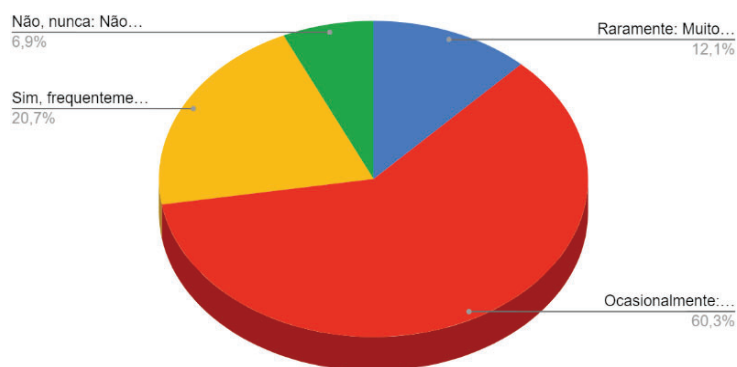


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Sobre os dados da Figura 11 abaixo, observa-se que a maioria dos docentes enfrenta problemas de saúde física relacionados ao trabalho, sendo que 60,3% dos respondentes relatam lidar com esses problemas de forma ocasional. Além disso, 20,7% dos participantes afirmam que enfrentam tais problemas de maneira frequente. Por outro lado, uma parcela menor, 12,1%, relata que raramente enfrenta problemas de saúde física relacionados ao trabalho, enquanto 6,9% dos docentes afirmam nunca ter enfrentado tais dificuldades. Esses números indicam que, para uma minoria dos professores, as condições de trabalho são mais adequadas à manutenção de uma saúde física estável. Contudo, a predominância de relatos de problemas de saúde, mesmo que em intensidades variadas, reforça

a importância de investigar as causas desses impactos e implementar políticas de prevenção à saúde do trabalhador docente.

Figura 11 – Problemas físicos de saúde

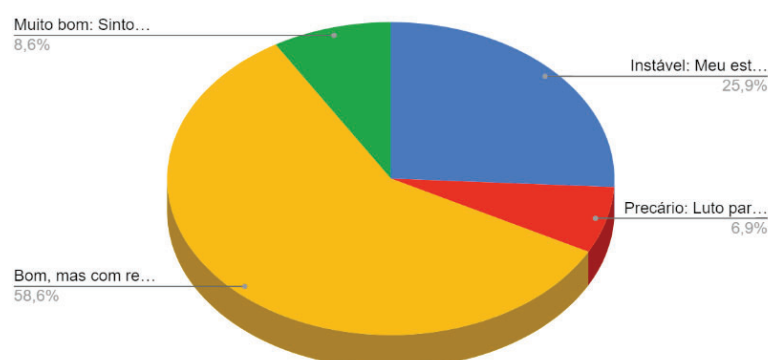


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No que se refere à avaliação do estado de saúde mental dos docentes em relação ao trabalho (ver Figura 12), os dados indicam um cenário de preocupações consideráveis. A maior parte dos professores, 58,6% dos respondentes, avalia sua saúde mental como boa, mas com ressalvas, o que sugere que, embora consigam manter um certo equilíbrio, enfrentam desafios pontuais que comprometem seu bem-estar psicológico. Além disso, 25,9% dos docentes classificam seu estado mental como instável, apontando para flutuações frequentes e uma sensibilidade emocional diante das exigências do ambiente de trabalho.

Por outro lado, uma minoria de 8,6% considera sua saúde mental muito boa, relatando um estado positivamente influenciado por suas atividades profissionais, enquanto 6,9% indicam que sua saúde mental é precária, enfrentando dificuldades constantes para manter o equilíbrio emocional. Esses resultados sublinham a necessidade de políticas institucionais que visem a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e ofereçam suporte psicológico adequado, com o objetivo de mitigar os impactos negativos das pressões laborais sobre a saúde mental dos professores.

Figura 12 – Estado de saúde mental



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

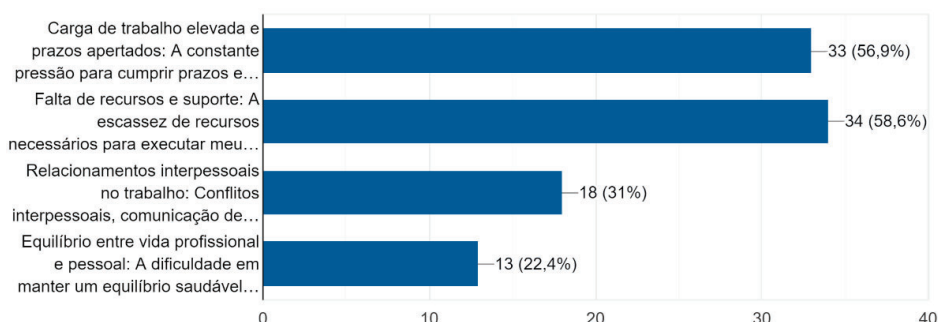
Os dados apresentados na Figura 13 a seguir revelam que os principais desafios enfrentados pelos docentes, no que tange à saúde física e mental no ambiente de trabalho, estão fortemente relacionados à falta de recursos e suporte, apontado por 58,6% dos respondentes, e à carga de trabalho elevada e prazos apertados, citados por 56,9%. Esses fatores refletem a pressão constante sobre os professores, que frequentemente precisam cumprir metas e prazos sem os recursos adequados, o que compromete tanto sua saúde física quanto mental.

Além disso, 31% dos docentes destacaram os relacionamentos interpessoais, mencionando conflitos e dificuldades na comunicação como desafios que afetam seu bem-estar no ambiente de trabalho. A dificuldade em manter o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal também foi relatada por 22,4% dos professores, evidenciando o impacto da sobrecarga de trabalho na capacidade de conciliar as demandas do trabalho com as necessidades pessoais. Esses dados destacam a necessidade de intervenções institucionais que promovam melhores condições de trabalho, com o fornecimento adequado de recursos, suporte emocional e estratégias que favoreçam a conciliação entre a vida pessoal e profissional dos docentes.

Figura 13 – Desafios que impactam na saúde física e mental

6. Quais são os principais desafios que impactam sua saúde física e mental no ambiente de trabalho? (Pode-se marcar mais de uma opção)

58 respostas

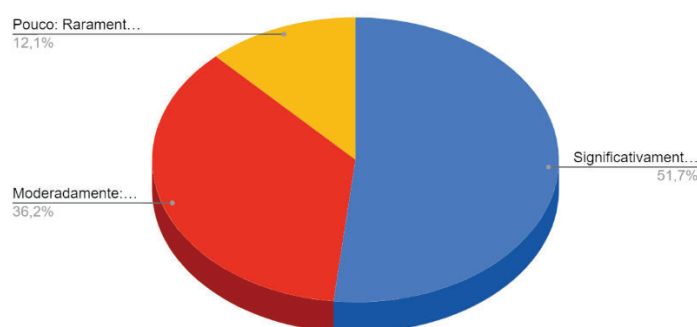


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os resultados destacados na Figura 14 indicam que a saúde dos docentes tem um impacto direto na condução de suas atividades de ensino. A maioria dos professores, representando 51,7% dos respondentes, relatou que seu estado de saúde influencia diretamente sua prática pedagógica, destacando que, quando estão bem, sentem-se mais energizados e engajados, o que se reflete positivamente no desempenho em sala de aula. Além disso, 36,2% dos docentes apontaram que a saúde tem um impacto moderado em suas atividades, sendo que, apesar de pequenos problemas de saúde, conseguem manter um desempenho aceitável.

Apenas 12,1% indicaram que sua saúde impacta pouco o trabalho pedagógico, sugerindo que, para uma pequena parcela, as condições de saúde raramente interferem na prática docente. Não houve relatos de que a saúde não afete de maneira alguma o trabalho dos professores, o que demonstra a importância de considerar o bem-estar físico e mental como um fator crucial para o sucesso no ambiente educacional. Os dados sublinham a necessidade de políticas de apoio à saúde dos docentes, visando garantir melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, um ensino de maior qualidade.

Figura 14 – Interferência da saúde na atividade docente

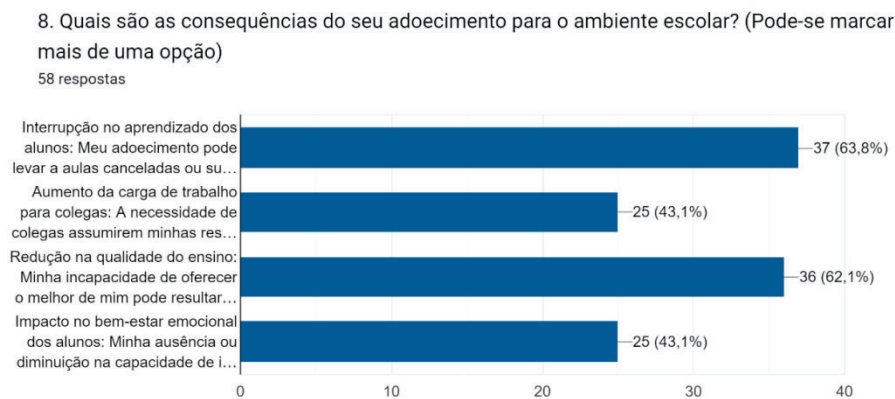


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No que tange às consequências do adoecimento dos docentes no ambiente escolar, as informações mostram efeitos importantes tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto no bem-estar da comunidade escolar (ver Figura 15). A maior parte dos respondentes, 63,8%, aponta que a interrupção no aprendizado dos alunos é a principal consequência, uma vez que o adoecimento dos professores pode levar a aulas canceladas ou substituições, comprometendo a continuidade do ensino. Além disso, 62,1% dos professores destacam a redução da qualidade do ensino, resultante da incapacidade de oferecer o melhor desempenho devido às limitações impostas pela condição de saúde.

Outro efeito relevante, mencionado por 43,1% dos docentes, é o aumento da carga de trabalho para os colegas, que precisam assumir as responsabilidades dos professores ausentes. Igualmente, 43,1% dos respondentes indicam que o bem-estar emocional dos alunos é afetado, pois a ausência ou a diminuição da interação com o professor pode gerar insegurança ou desconexão. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas voltadas à prevenção e ao cuidado com a saúde dos docentes, não apenas para proteger os profissionais, mas também para assegurar a continuidade e a qualidade do ensino no ambiente escolar.

Figura 15 – Consequências do adoecimento no trabalho docente



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

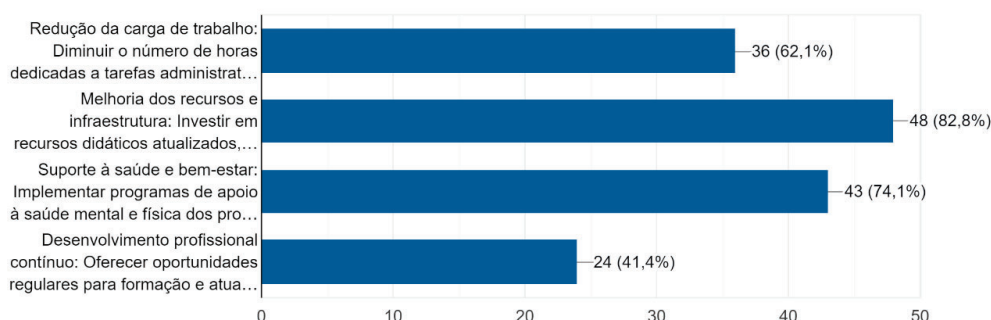
No que diz respeito aos docentes e às medidas que poderiam melhorar suas condições de trabalho, os dados mostram que a melhoria dos recursos e da infraestrutura é a mais destacada, mencionada por 82,8% dos respondentes, o que evidencia a falta de materiais didáticos atualizados e de uma infraestrutura adequada para o ensino. Além disso, 74,1% dos participantes enfatizam a necessidade de suporte à saúde e ao bem-estar, indicando a importância de programas de apoio à saúde física e mental dos professores, aspectos essenciais para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável.

A redução da carga de trabalho, mencionada por 62,1% dos docentes, também é vista como uma prioridade, ressaltando o impacto negativo das horas excessivas e das tarefas administrativas sobre o desempenho e a saúde dos profissionais. Por fim, 41,4% dos respondentes apontam para a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo, destacando a relevância de oportunidades regulares de formação e atualização para o aprimoramento da prática pedagógica. Esses resultados ilustrados na Figura 16 indicam que uma combinação dessas medidas pode contribuir para melhorar o bem-estar dos docentes e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

Figura 16 – Medidas de melhoramento das condições de trabalho

9. Que medidas você acredita que poderiam melhorar as suas condições de trabalho? (Pode-se marcar mais de uma opção)

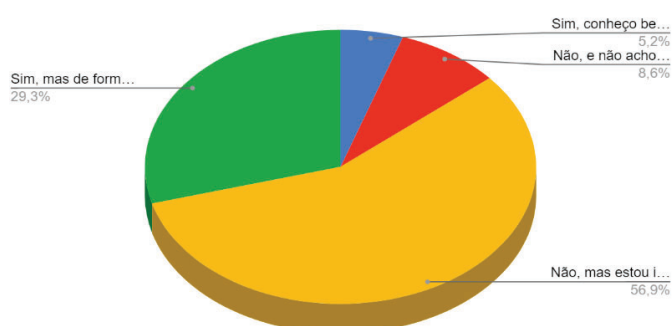
58 respostas



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os resultados apresentados na Figura 17 revelam uma lacuna considerável no conhecimento dos docentes acerca das redes de apoio à saúde disponíveis em suas escolas ou na Rede Municipal de Fortaleza. A maioria dos respondentes, 56,9%, afirmou não ter conhecimento sobre essas redes, embora manifeste interesse em saber mais. Dos professores pesquisados, 29,3% relataram possuir apenas um conhecimento limitado, indicando que as informações sobre essas redes não estão sendo amplamente acessadas ou difundidas entre os profissionais da educação. Apenas 8,6% dos participantes declararam estar bem-informados sobre as redes de apoio à saúde, enquanto 5,2% acreditam que tais recursos nem mesmo existem em suas instituições.

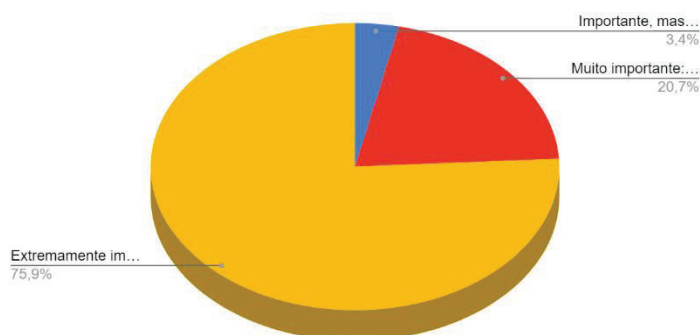
Figura 17 – Conhecimento sobre rede de apoio aos docentes



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Na Figura 18 a seguir, são apresentados os dados sobre o reconhecimento da importância de uma rede de apoio voltada para a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação. Esses dados deixam claro que a grande maioria dos docentes reconhece a importância dessa questão. Entre os respondentes, 75,9% consideram essa rede extremamente importante, ressaltando seu caráter fundamental para a manutenção do equilíbrio emocional e físico dos professores. Além disso, 20,7% avaliam a rede de apoio como muito importante, destacando o papel fundamental desse suporte no auxílio emocional, psicológico e físico. Apenas 3,4% dos docentes veem essa rede como importante, mas não prioritária, indicando que, embora reconheçam o valor desse recurso, não o consideram como uma necessidade imediata. Não houve participantes que considerassem essa rede de apoio pouco importante, o que reforça a percepção amplamente positiva acerca de sua relevância.

Figura 18 – Importância da rede de apoio ao docente



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Em síntese, os dados apresentados nesta seção revelam aspectos fundamentais sobre as condições de saúde, bem-estar e ambiente de trabalho dos docentes da Rede Municipal de Fortaleza. Inicialmente, verifica-se uma lacuna informacional entre os professores em relação às redes de apoio à saúde disponíveis nas instituições de ensino e na rede municipal. No que se refere à percepção sobre a importância dessas redes de apoio, observa-se um consenso amplamente favorável entre os docentes, que consideram esse tipo de suporte essencial para a manutenção de sua saúde física e mental.

Nessa perspectiva, os dados mostram uma série de desafios que comprometem a saúde dos profissionais no ambiente escolar. Dentre os fatores mais recorrentes destacam-se a insuficiência de recursos e suporte, somados à elevada carga de trabalho e prazos exíguos. Tais condições apontam para um ambiente de trabalho marcado por alta demanda de responsabilidades e pela ausência de infraestrutura adequada, o que afeta diretamente tanto o desempenho profissional quanto o bem-estar dos docentes. Ademais, essas adversidades acabam sobrecarregando outros colegas e comprometendo o processo de aprendizagem dos estudantes, configurando um cenário de desgaste coletivo que exige atenção e medidas corretivas.

5.2 Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos dados da pesquisa sobre a saúde dos docentes da Rede Municipal de Fortaleza evidencia desafios estruturais que afetam diretamente o bem-estar desses profissionais e, conseqüentemente, a qualidade do ensino. Esta seção apresenta uma análise detalhada dos resultados, articulando-os com a literatura, que explora as inter-relações entre saúde ocupacional e as condições de trabalho no contexto educacional. Este texto apresenta uma análise desses elementos, com suporte teórico de autores que discutem a saúde e o trabalho docente no Brasil.

O perfil dos professores investigados revela uma distribuição etária diversificada, com maior concentração na faixa dos 40 anos. A idade média dos docentes, associada ao tempo de atuação na docência, é um fator relevante na análise das condições de saúde desses profissionais. Estudos de Gasparini, Barreto e Assunção (2005) indicam que, à medida que os professores envelhecem, aumentam os riscos de adoecimento físico, principalmente relacionados a problemas musculoesqueléticos. Essa condição, associada a fatores como a alta carga de trabalho e as pressões cotidianas, contribui para a degradação da saúde física dos docentes.

Em relação ao tempo de atuação, a pesquisa revela que 31% dos docentes possuem entre 10 e 20 anos de experiência, o que sugere uma predominância de profissionais experientes. No entanto, a carga de trabalho, com 81% dos

professores cumprindo 200 horas mensais, é apontada como um fator que agrava as condições de saúde. A literatura já discute amplamente os efeitos da carga horária sobre a saúde mental e física dos professores. Pereira e Silva (2018) indicam que essa sobrecarga de trabalho é um dos principais fatores que contribuem para problemas de saúde mental, como a ansiedade e a depressão. Por exemplo, professores do Ensino Fundamental II em Fortaleza relatam frequentemente dificuldades em equilibrar a preparação de aulas, a correção de atividades e a convivência com alunos com necessidades educacionais especiais, o que amplia a carga emocional.

A pressão por resultados também é um tema pertinente na realidade de Fortaleza, especialmente devido ao modelo de avaliação escolar que prioriza o desempenho dos alunos. Esse fenômeno é observado em escolas da Rede Municipal, onde há uma constante cobrança de metas de desempenho, sem o devido apoio em termos de recursos pedagógicos ou capacitação contínua. A pressão por resultados afeta 51,7% dos professores de maneira ocasional e 24,1% de forma constante. Esse cenário está relacionado ao modelo de avaliação escolar que prioriza o desempenho dos alunos como principal critério de sucesso, o que intensifica a pressão sobre os docentes. Tardif e Lessard (2005) ressaltam que essa dinâmica de metas e resultados contribui diretamente para o desgaste emocional dos professores, culminando em quadros de estresse e esgotamento mental. Ademais, essa pressão contínua afeta negativamente a prática pedagógica, conforme os dados coletados indicam.

A saúde física e mental dos professores é um tema central nesta investigação. Mais de 60% dos docentes relataram enfrentar problemas físicos ocasionais relacionados ao trabalho, enquanto 25,9% indicaram que seu estado mental oscila. A literatura confirma que o ambiente escolar, marcado por jornadas exaustivas e pela falta de infraestrutura adequada, agrava as condições de saúde dos professores. Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) destacam que a ausência de políticas de apoio à saúde dos docentes acentua os efeitos nocivos dessas condições, levando ao adoecimento e ao afastamento do trabalho.

Além dos problemas de saúde, a falta de recursos pedagógicos e de suporte institucional foi um fator amplamente mencionado pelos participantes. Mais da metade dos professores (53,4%) relatou não possuir todos os recursos necessários

para o desenvolvimento adequado de suas atividades. A falta de tecnologia, materiais didáticos e espaços adequados para atividades extraclasse são problemas que afetam diretamente a qualidade do ensino. A literatura corrobora essa constatação, indicando que a precariedade das condições de trabalho na educação pública brasileira compromete tanto o desempenho profissional quanto a saúde mental dos professores (Oliveira, 2019). A ausência de materiais didáticos atualizados e o insuficiente suporte por parte da gestão escolar são fatores que intensificam o desgaste dos docentes e comprometem o ambiente educacional.

Melo e Almeida (2019) destacam a importância de programas de apoio à saúde física e mental no ambiente escolar, sugerindo que intervenções desse tipo podem reduzir os efeitos negativos do estresse e da pressão cotidiana, além de promover um ambiente de trabalho mais equilibrado e saudável. A criação e o fortalecimento de redes de apoio são, portanto, fundamentais para a sustentabilidade da carreira docente e para a promoção do bem-estar no ambiente escolar.

A interferência da saúde no desempenho pedagógico também foi destacada pelos participantes da pesquisa, com 51,7% afirmando que seu estado de saúde impacta diretamente suas atividades em sala de aula. Essa relação entre saúde e prática pedagógica é amplamente discutida na literatura. Melo e Almeida (2019) afirmam que o estado de saúde dos docentes influencia diretamente a qualidade das interações com os alunos, refletindo-se no processo de ensino e aprendizagem. Quando os professores estão fisicamente e emocionalmente saudáveis, sua prática pedagógica é mais eficiente, o que beneficia diretamente os estudantes.

Por fim, os dados mostram que as condições de saúde dos docentes afetam não apenas seu bem-estar, mas também a qualidade do ensino e o ambiente escolar como um todo. A interrupção das aulas devido ao adoecimento dos professores foi mencionada por 63,8% dos respondentes como uma das principais consequências desse problema. Além disso, 62,1% dos docentes destacaram a redução da qualidade do ensino, e 43,1% mencionaram o aumento da carga de trabalho para os colegas. Esses dados reforçam a importância de políticas preventivas voltadas à saúde dos professores, como apontado por Codo (1999), que defende a necessidade de medidas institucionais para preservar a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação.

Os dados da pesquisa convergem com as discussões presentes na literatura brasileira sobre saúde e trabalho docente. Autores citados nessa seção argumentam que a precarização das condições de trabalho dos professores, caracterizada pela falta de recursos, sobrecarga de tarefas e escasso apoio institucional, tem um impacto direto na saúde desses profissionais. Nesse sentido, a literatura reforça a necessidade de intervenções que visem a melhoria das condições materiais nas escolas e o fortalecimento das redes de apoio à saúde e o investimento contínuo na formação dos docentes.

A literatura acadêmica oferece um referencial teórico essencial para a análise dos resultados, enfatizando a relevância de medidas institucionais voltadas à melhoria das condições de trabalho dos docentes. A implementação de políticas de suporte à saúde, a redução da carga horária e os investimentos em infraestrutura configuram-se como estratégias urgentes para garantir não apenas o bem-estar dos professores, mas também a qualidade do ensino.

O ensino fundamental da cidade de Fortaleza, durante o período da pandemia, precisou adotar estratégias que garantissem o direito à aprendizagem dos estudantes, tendo o ensino remoto como principal alternativa. A imprevisibilidade do contexto e as novas demandas impostas ao desempenho escolar formal exigiram ações de planejamento e execução de atividades letivas que viabilizassem a continuidade do calendário acadêmico. Diante da diversidade de desafios enfrentados, a experiência e o discernimento dos profissionais da educação foram essenciais para a implementação dessas medidas.

Nesse contexto, a equipe de currículo da Secretaria Municipal da Educação (SME) organizou um conjunto de recomendações destinadas a apoiar o trabalho das escolas no ensino remoto e a mitigar as dificuldades enfrentadas pelos docentes. Entre as ações implementadas, destacam-se:

- ✓ Elaboração de orientações para o desenvolvimento das atividades domiciliares;
- ✓ Sugestões de títulos literários que subsidiassem o planejamento das atividades escolares;
- ✓ Diretrizes para o acolhimento dos estudantes no retorno às atividades presenciais;

- ✓ Construção da Matriz de Ações e Responsabilidades do Ensino Fundamental;
- ✓ Disponibilização de uma plataforma digital para a realização das atividades remotas, por meio da parceria com o Google for Education, incluindo recursos como e-mail institucional, salas de aula virtuais e videoconferências;
- ✓ Criação de uma nova área no site da Academia do Professor Darcy Ribeiro, com informações e estratégias para a educação a distância, além da oferta de oportunidades formativas viabilizadas por diversas parcerias, sem ônus financeiro para a Secretaria;
- ✓ Oferta de cursos para professores na plataforma da Academia do Professor;
- ✓ Promoção de diálogos on-line com os docentes da rede municipal de ensino;
- ✓ Instituição de um grupo de apoio voltado aos professores, com foco na saúde mental.

Entre as iniciativas desenvolvidas, merece destaque a preocupação com o bem-estar dos docentes, dado o impacto emocional e psicológico gerado pelas novas exigências do ensino remoto. A criação de espaços de escuta e suporte psicossocial demonstra o reconhecimento da sobrecarga profissional e emocional enfrentada pelos educadores. A implementação de diálogos on-line e grupos de apoio evidencia a necessidade de um olhar sensível para a saúde mental dos professores, compreendendo-a como fator essencial para a qualidade do ensino e para a manutenção da integridade dos profissionais da educação diante das adversidades do contexto pandêmico. Assim, ao mesmo tempo em que se buscou assegurar a continuidade da aprendizagem dos estudantes, também foram adotadas medidas para mitigar os efeitos do trabalho remoto sobre a saúde dos docentes, reconhecendo a relevância de políticas institucionais voltadas ao seu bem-estar (Fortaleza, 2024).

Ao considerar a relação entre formação continuada e bem-estar docente (Fortaleza, 2024), torna-se evidente que a capacitação dos professores contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e desempenha um papel fundamental no manejo do estresse e no desenvolvimento de estratégias para lidar com a sobrecarga profissional. A valorização do professor por meio da oferta de cursos, grupos de apoio e ações de cuidado impacta diretamente sua motivação e

permanência na carreira, reduzindo os índices de afastamento por questões de saúde e promovendo um ambiente escolar mais saudável. Assim, ao investir na formação e no bem-estar dos docentes, a Rede Municipal de Ensino de Fortaleza reafirma o compromisso com uma educação pública de qualidade, compreendendo que professores saudáveis e bem-preparados são agentes essenciais na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, essa formação é estruturada em diferentes modalidades, garantindo que os educadores tenham acesso a capacitações que os auxiliem tanto na atualização de conhecimentos quanto no aprimoramento de estratégias para lidar com os desafios inerentes à profissão. Paralelamente às iniciativas voltadas à saúde docente, a formação continuada também se configura como uma estratégia essencial para o desenvolvimento profissional e o fortalecimento das práticas pedagógicas. A realização de encontros formativos nos polos, organizados pela Secretaria Municipal da Educação (SME) em conjunto com os Distritos de Educação, possibilita a troca de saberes entre coordenadores e professores, promovendo discussões sobre metodologias ativas, integração entre teoria e prática, e uso de tecnologias digitais no ensino.

Essas formações abordam tanto aspectos técnicos e pedagógicos quanto o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, reconhecendo a importância de uma abordagem holística na educação. Além disso, os educadores da rede municipal participam de formações promovidas por parceiros institucionais, como a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), ampliando seu repertório pedagógico e fortalecendo sua atuação em sala de aula.

A Política de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza (Fortaleza, 2024) estabelece diretrizes que garantem a participação ativa dos professores na definição das temáticas formativas, possibilitando que as ações de capacitação atendam às reais necessidades do cotidiano escolar. Além disso, contempla diferentes modalidades de formação, abrangendo ambientes presenciais, não formais e digitais, como o Ambiente Virtual de Formação (AVF), favorecendo a flexibilização e acessibilidade dos processos formativos. A inclusão de práticas pedagógicas inclusivas, o fortalecimento das ações voltadas às Avaliações de Desenvolvimento da Rede (ADRs) e a integração entre competências socioemocionais e cognitivas refletem o compromisso com uma

formação que vai além do aprimoramento técnico, englobando aspectos fundamentais para a promoção de uma educação mais humanizada e equitativa.

5.2.1 A Academia do Professor Darcy Ribeiro e as Ações para a Melhoria da Saúde Docente na Rede Municipal de Fortaleza

A qualidade do ensino revela-se intrinsecamente vinculada às condições laborais dos docentes, considerando que a promoção de uma educação eficaz e humanizada depende, em grande medida, do bem-estar dos professores. Nesse contexto, a inauguração da Academia do Professor Darcy Ribeiro, em outubro de 2019, constitui um marco na criação de um espaço que integra a formação continuada com a promoção da saúde integral dos profissionais da educação (Fortaleza, 2024).

A atuação da Célula de Atenção e Promoção da Saúde dos Profissionais da Educação (CEAPRO) fundamenta-se em quatro eixos estratégicos – saúde mental, funcionalidade motora, saúde nutricional e saúde vocal –, os quais se articulam para mitigar os efeitos adversos das condições laborais precárias. Conforme Frigotto e Ciavatta (2003), a precarização do trabalho docente não se restringe a impactos físicos e psicológicos, mas compromete também a autonomia e a criatividade necessárias à prática pedagógica. A literatura especializada enfatiza que fatores como a sobrecarga de atividades, a baixa remuneração, a infraestrutura inadequada e o insuficiente suporte institucional convergem para o adoecimento dos educadores, corroborando a necessidade de políticas públicas que invistam na saúde, na formação continuada e na melhoria do ambiente escolar.

No que se refere à saúde mental, a exigência emocional inerente à atividade pedagógica impõe desafios que têm sido enfrentados por meio de estratégias, como o Grupo de Apoio à Saúde Mental (GASP). Desde 2020, esse grupo, composto por psicólogos e acadêmicos de Psicologia da Unifor, tem realizado encontros semanais de caráter remoto, atendendo a 373 profissionais da educação, o que evidencia uma resposta à demanda emergente de suporte emocional. Adicionalmente, o Plantão Psicológico Docente, que oferece atendimentos presenciais semanais, registrou 91 atendimentos desde fevereiro de 2023, contribuindo para o manejo do estresse e do esgotamento emocional. A

complementaridade dessas iniciativas com o Programa de Psicomotricidade Relacional na Educação, embasado na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), demonstra um compromisso com a promoção do bem-estar socioemocional, por meio da integração entre comunicação corporal e ludicidade (Fortaleza, 2024). Essa abordagem dialoga com os pressupostos teóricos de Neves (1999), que ressalta a importância de se enfrentar as demandas emocionais para preservar a eficácia pedagógica e a saúde dos docentes.

Em relação à funcionalidade motora, a Academia do Professor tem implementado atividades físicas orientadas à prevenção de doenças ocupacionais. A realização de hidroginástica, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE), ilustra essa iniciativa, tendo registrado um aumento no número de docentes beneficiados, de 32 em 2022 para 150 em 2024. De forma similar, a ginástica funcional e a prática do jiu-jitsu – esta última associada a benefícios físicos e mentais – demonstram avanços na promoção da saúde dos professores, enquanto a ginástica laboral, focada na prevenção de distúrbios ocupacionais, ampliou significativamente sua abrangência, atingindo 382 profissionais em 2024.

O eixo da saúde nutricional é atendido pelo Plantão Nutricional da CEAPRO, que, desde sua implementação em setembro de 2024, realiza atendimentos individualizados com o objetivo de fomentar hábitos alimentares saudáveis. Com 202 agendamentos e 100 acompanhamentos já efetuados, o serviço projeta alcançar 200 atendimentos até o final do ano, reforçando a abordagem integral da saúde docente.

Por sua vez, a dimensão da saúde vocal – considerada fundamental para a prática pedagógica – é contemplada pelo Programa eVoice, que reúne ações diversificadas, tais como o Curso EAD de Educação Continuada em Saúde Vocal e Competência Comunicativa, o uso do aplicativo VoiceGuard, oficinas presenciais e virtuais, triagens fonoaudiológicas e serviços itinerantes de cuidado vocal, culminando na campanha “Amigos da Voz na Escola”. Os resultados obtidos, com 1.053 docentes impactados por oficinas e mais de 5.000 beneficiados em ações gerais, evidenciam a efetividade da estratégia adotada.

Complementando as iniciativas voltadas à promoção da saúde, o Festival “Tô de Férias”, organizado semestralmente, propicia momentos de lazer e bem-estar emocional aos educadores. A programação do evento, que integra palestras

sobre psicoeducação, atividades de psicomotricidade relacional, jogos recreativos, hidroginástica, dança e música, contribui para a construção de um ambiente que valoriza a saúde integral dos docentes (Fortaleza, 2024).

A experiência acumulada pela Rede Municipal de Ensino de Fortaleza demonstra que o investimento em formação continuada e em ações de promoção da saúde docente repercute positivamente no desempenho pedagógico e na permanência dos profissionais na carreira. Assim, as iniciativas promovidas pela Academia do Professor Darcy Ribeiro evidenciam a importância de integrar estratégias de capacitação profissional a programas de suporte à saúde mental, funcionalidade motora, saúde nutricional e saúde vocal, configurando uma abordagem abrangente da valorização dos docentes.

Diante do exposto, torna-se imperativo que gestores educacionais, formuladores de políticas e demais atores sociais se mobilizem para ampliar e fortalecer ações que promovam a saúde e a formação continuada dos professores. A consolidação de um sistema educacional que integre medidas permanentes de suporte emocional, capacitação pedagógica e aprimoramento das condições de trabalho constitui uma estratégia indispensável para a construção de um ambiente de ensino sustentável, equitativo e de excelência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no mundo do trabalho docente, especialmente no período de 2019 a 2024, apontam um cenário de crescente precarização, refletindo desafios estruturais que impactam diretamente a prática profissional e a qualidade da educação. A análise dos dados revelou que, ao longo dos últimos anos, houve uma crescente intensificação das responsabilidades pedagógicas e uma pressão por resultados acadêmicos. Esses fatores, aliados à carência de recursos e ao suporte institucional insuficiente, têm contribuído para o adoecimento físico e mental dos docentes. No contexto da Rede Municipal de Fortaleza, esses desafios são ainda mais acentuados, considerando-se as especificidades do sistema educacional e as condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais.

A sobrecarga de trabalho emerge como um dos principais agravantes da saúde docente, com 81% dos professores cumprindo jornadas de 200 horas mensais. A literatura revisada corrobora a relação direta entre essa alta carga horária e o desenvolvimento de problemas físicos, além de transtornos mentais como ansiedade e depressão. A precariedade da infraestrutura escolar e a escassez de recursos pedagógicos são fatores adicionais que tornam o ambiente de trabalho ainda mais desafiador. Ademais, a pressão por resultados acadêmicos, relatada por 75,8% dos docentes, tem sido um fator determinante para o desgaste emocional, uma vez que a cobrança por metas de desempenho ocorre sem o devido respaldo em suporte pedagógico e estrutural. Esse cenário compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também o bem-estar dos educadores, que se veem diante de um panorama de esgotamento físico e mental.

A ausência de políticas efetivas voltadas à promoção da saúde dos professores representa outro obstáculo significativo. A pesquisa demonstrou que 62,1% dos docentes apontam a falta de suporte institucional para lidar com suas condições de saúde, indicando a inexistência de redes formais de apoio e de programas preventivos eficazes. Embora alguns educadores adotem estratégias individuais para mitigar os impactos da sobrecarga e do estresse, a falta de uma abordagem estruturada e coletiva agrava os riscos de adoecimento e desmotivação profissional. Diante desse contexto, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas voltadas ao cuidado integral dos docentes, assegurando

melhores condições de trabalho, suporte psicossocial e medidas preventivas que garantam a sustentabilidade da prática educativa.

O impacto das condições de saúde dos professores no desempenho pedagógico é outro aspecto relevante identificado na pesquisa. Os dados indicam que 51,7% dos docentes relataram que a deterioração de sua saúde física e mental interfere diretamente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos estudantes. A falta de medidas institucionais para mitigar esses efeitos resulta na interrupção de aulas, aumento da sobrecarga para outros profissionais e comprometimento do processo educativo. Assim, a criação de iniciativas voltadas à valorização dos professores, associadas à melhoria da infraestrutura e à promoção de uma cultura institucional de suporte e bem-estar, deve ser uma prioridade nas políticas educacionais.

Diante desses achados, a pesquisa contribui significativamente para a literatura acadêmica ao destacar a interseção entre saúde docente e qualidade educacional, particularmente no contexto da Rede Municipal de Fortaleza. A análise dos dados e o levantamento da literatura reforçam a necessidade de investimentos contínuos em formação continuada, que não apenas atualizem os saberes pedagógicos, mas também fortaleçam o suporte institucional e a estrutura das escolas. A efetividade das políticas educacionais depende da implementação de estratégias que garantam o bem-estar dos professores, promovam ambientes de trabalho saudáveis e incentivem práticas pedagógicas inovadoras. Somente a partir de uma abordagem sistêmica e integrada será possível enfrentar os desafios do trabalho docente na contemporaneidade, assegurando um ensino de qualidade para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, M. **Processo produtivo, espaço educativo: um campo de lutas**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1988.
- BAIA, S. F.; MACHADO, L. R. de S. Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 177–193, jan. 2021.
- BAIÃO, Lidiane de Paiva Mariano; CUNHA, Rodrigo Gontijo. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. **Revista Formação Docente, Belo Horizonte**, v. 5, n. 1, p.1-15, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasizabela/index.php/fdc/article/viewFile/344/338>. Acesso em: 22 maio 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAUER, Vinicius Machado *et al.* Promoção da Saúde do Trabalhador da Educação: uma Revisão Integrativa. **Ensaio e Ciência**, v. 25, n. 5, p. 741-748, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS**. 2ª edição. Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2009.
- BUSS; Paulo; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental**. – Fortaleza: SEDUC, 2019.
- CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Vozes, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

DIAS, E. C. A organização da atenção à saúde no trabalho. *In*: MENDONÇA, Ana Abadia Ferreira dos Santos *et al.* **Formação docente em perspectiva: políticas, proposições e práticas**. Editora BAGAI, 2021.

SCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene R.; EDLER, Flavio. As origens da reforma sanitária e do SUS. *In*: LIMA, Nísia Trindade *et al.* (Org.). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 59-81, 2005.

FERRAREZI, Elisabete. **A Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil: A Criação da Lei das OSCIP (Lei 9.790/99)**. 2007. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília/ UnB, 2007.

IORE, M. de A. O professor está doente? Refletindo sobre a dimensão política do sofrimento docente. *In*: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió. **Anais...XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**. 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/328.%20o%20professor%20est%C1%20doente.pdf > Acesso em: 14 ago. 2024.

FORTALEZA, Secretaria Municipal de Educação de. **Uma política pela redução das desigualdades e promoção da equidade: Fortaleza 2013-2024** [recurso eletrônico] / Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza – 2024.

FRANCO, T. **Trabalho alienado: habitus & danos à saúde humana e ambientais (o trabalho entre o céu, a terra e a história)**. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, p. 229-248, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 14, p. 168- 194, jan./abr 2009.

FROTA, Diane Lima. **Saúde do professor: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

GASPARINI, S.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Doenças e queixas osteomusculares em professores: magnitude do problema e fatores de risco ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

JUNIOR, M. **Saúde no trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores**. São Paulo: Ed. Roca, 2000. p. 3-27.

MELO, L. M.; ALMEIDA, M. A. Saúde Mental e Trabalho Docente: Desafios e Possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, 24(75), 2019. p. 1-20.

MIRANDA, D. F. Perfil dos professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 5, n. 11, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/14675> >. Acesso em: 15 ago. 2024.

MORAIS, Karla Barros de. **Trabalho e saúde de professores(as) de escola pública em território de violência armada: sobre cenas da vivência docente**. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

NAUJORKS, M. I. Stress e Inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 20, p. 117-125, 2002.

NEVES, Mary Yale. **Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser(tornar-se) professora**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

NÓVOA, A. **Escolas e Professores – Proteger, Transformar, Valorizar**. Salvador: Instituto Anísio Teixeira, 2022.

OLIVEIRA, C. Precarização do trabalho docente e seus impactos na saúde mental. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, 2019.

OLIVEIRA, Mariana S. de C. **Por uma Construção Democrática do Direito à Saúde: A Constituição Federal, os Instrumentos de Participação Social e a Experiência do Conselho Nacional de Saúde**. 2005. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília/UnB, 2005.

PAIM, J.S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Reforma Sanitária e revolução passiva no Brasil; p. 291-322, Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008.

PEREIRA, A. M.; SILVA, R. S. A Carga de Trabalho e a Saúde Mental dos Professores: Um Estudo de Caso. **Educação e Pesquisa**, 2018. p. 1-18.

ROSA, K. A. S. **Riscos psicossociais relacionados ao trabalho docente**: uma revisão sistemática. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia). Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, Tocantins, 2020. Disponível em: <http://ulbrato.br/bibliotecadigital/publico/home/documento/2176>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo – 1970/1980. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra; 1991.

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo. Introdução – Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Democratizar a Democracia**: Os caminhos da democracia participativa. Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Karine David Andrade; SILVA, Joilson Pereira da. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 1, p. 131-145, jun. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação – LDB**: trajetória, limites e perspectivas. 13. ed. Campinas. São Paulo: Autores Associados LTDA, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. p. 143-155, 2009.

SCHUSTER, B. E. *et al.* A Reconfiguração das Práticas Pedagógicas: Caminhando para uma Educação OnLIFE. *In*: **SciELO Preprints**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6827>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. **Orientações pedagógicas 2024**: educação infantil. Fortaleza: SME, 2024. Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9395:smepublicadocumentosdeorienta%C3%A7%C3%B5espedag%C3%B3gicas-para-o-ano-letivo-2024&catid=79&Itemid=509. Acesso em: 16 ago. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. **Orientações pedagógicas 2024**: ensino fundamental. Fortaleza: SME, 2024. Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9395:smepublicadocumentosdeorienta%C3%A7%C3%B5espedag%C3%B3gicas-para-o-ano-letivo-2024&catid=79&Itemid=509. Acesso em: 16 ago. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. **Orientações pedagógicas 2024**: educação de jovens e adultos (EJA). Fortaleza: SME, 2024.

Disponível em:

https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9395:smepublicadocumentosdeorienta%C3%A7%C3%B5espedag%C3%B3gicas-para-o-ano-letivo-2024&catid=79&Itemid=509. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, Aleques Fernandes *et al.* **Consequências do estresse ocupacional na qualidade de vida de professores**: uma revisão integrativa. Tópicos em Ciências da Saúde - Volume 19/ Organização Editora Poisson – Belo Horizonte - MG: Poisson, 2020.

SILVA, João Batista da; LIMA, Marcos Vinicius de Andrade; LIRA, Lívia Julyana Gomes Vasconcelos. Perfil dos professores da rede pública municipal de ensino de Fortaleza. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 16, e84852, maio 2022.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v16/1981-1969-jpe-16-e84852.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Vozes, 2005.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Caso você não queira, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo.

Caso você queira participar, eu irei te informar sobre todos os procedimentos da pesquisa. Depois de passar a você todas as informações e você aceitar meu convite, será necessário que você assine todas as folhas deste documento. Eu também irei assinar todas as folhas dele, assim como você. Este documento está em duas vias. Uma delas é sua, outra é minha.

Esta pesquisa é intitulada “**DESAFIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: O IMPACTO DO ADOECIMENTO DOS DOCENTES NA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA**” e tem como objetivo geral “compreender os impactos do trabalho docente nos processos de saúde-doença dos/as professores/as das escolas públicas do município de Fortaleza”.

O tempo estimado de sua participação é de 1 mês, para que você possa responder a todas as perguntas de forma tranquila e segura.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper a entrevista e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Nenhuma pesquisa é isenta de riscos, e, especificamente nesta pesquisa, os riscos são:

- ✓ Auto seleção dos participantes.
- ✓ Falta de diversidade na amostra.

- ✓ Respostas distorcidas devido à anonimidade online.
- ✓ Falhas na compreensão das perguntas:
- ✓ Falta de interação direta entre pesquisador e participante.
- ✓ Conexão à internet.
- ✓ Preocupações com privacidade e segurança dos participantes.
- ✓ Complexidade na análise de dados não estruturados.
- ✓ Limitação na captura de aspectos sutis e contextos sem interação presencial.

No entanto, as seguintes medidas serão tomadas para mitigar esses riscos, a saber: para atenuar os riscos da pesquisa será garantido que os participantes compreendam dos riscos envolvidos e concordem voluntariamente em participar da pesquisa. Haverá a proteção da privacidade dos participantes e a garantia da confidencialidade dos dados coletados. Caso seja necessário será oferecido suporte emocional e acompanhamento aos participantes durante e após a pesquisa, especialmente em casos de riscos psicológicos.

Como benefício desta pesquisa:

- ✓ Os benefícios incluem acesso a uma ampla audiência, possibilitando a inclusão de participantes geograficamente dispersos; facilidade de acesso e conveniência para os respondentes, que podem responder às perguntas no momento e local de sua escolha; redução de custos e tempo, eliminando despesas com deslocamento e simplificando a coleta de dados; anonimato e confidencialidade, encorajando a honestidade nas respostas; facilidade na análise de dados, com respostas online facilmente exportáveis para programas de análise; flexibilidade na formulação de perguntas, permitindo diferentes tipos de questões para gerar informações mais amplas; rastreabilidade e controle de qualidade, possibilitando o monitoramento do progresso da coleta de dados e a garantia da integridade dos dados; e integração de mídias diversas, como vídeos e imagens, para enriquecer as perguntas e estimular respostas mais detalhadas.

A devolutiva dos resultados da pesquisa, será apresentada na instituição envolvida, logo após a conclusão do estudo, para informar e compartilhar os achados com os participantes, colaboradores, instituições envolvidas e demais interessados. Os resultados serão apresentados em forma de apresentação oral, respeitando a privacidade e confidencialidade dos participantes. A devolutiva incluirá espaço para diálogo com os participantes, permitindo que eles compartilhem suas percepções, tirem dúvidas e contribuam com informações adicionais. Será destacado a relevância e o impacto dos resultados da pesquisa, demonstrando como as descobertas podem influenciar práticas, políticas ou tomadas de decisão na área de estudo.

Para assegurar o anonimato, os nomes reais dos participantes serão substituídos por nomes fictícios ou códigos, garantindo que suas identidades não sejam reveladas em nenhuma etapa da análise ou divulgação dos resultados. Todos os dados serão codificados para garantir que as informações pessoais dos participantes sejam protegidas. Os dados serão armazenados de forma segura, com acesso restrito apenas aos membros autorizados por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Aos sujeitos da pesquisa será disponibilizado o contato direto com os pesquisadores (Francisca Milena da Silva Ferreira – 85 988323304) e o Comitê de Ética em Pesquisa/UNIVALI estará disponível para auxiliar a solucionar dúvidas e/ou acolher denúncias.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI, caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos do pesquisador o Comitê de Ética está disponível para atender.

CEP/UNIVALI - Rua Uruguai, n. 458 Centro Itajaí. Bloco B6, sala 107, Térreo.
Horário de atendimento: Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30
Telefone: 47- 33417738. E-mail: etica@univali.br

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Local e data: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Assinatura do Participante: _____

Telefone para contato:

Nome do Pesquisador Responsável: Francisca Milena da Silva Ferreira

Telefone para contato: (85) 988323304, e-mail: milenafer1425@gmail.com